Medicina

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

DECRETO N. 20.865 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1931.

Aprova os regulamentos da Faculdade de Medicina, da Escola Politecnica e da Escola de Minas. (*)

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil
Decreta:

Art. 1º Ficam aprovados os regulamentos, anexos ao presente decreto, da Faculdade de Medicina, da Escola Politecnica e da Escola de Minas, ~~institutos~~ institutos da Universidade do Rio de Janeiro, e que vão assinados pelo Ministro da Educação e Saude Publica.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1931, 110º da Independência e 43º da Republica.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Campos.

[Handwritten signature]

(*) Os Anexos II e III (Regulamentos das Escolas Politecnica e de Minas) estão na Divisão VI-8.

I

REGULAMENTO DA FACULDADE DE MEDICINA

TÍTULO I

DOS FINS DA FACULDADE.

Art. 1º Nos termos do decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, que organizou a Universidade do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina destina-se a ministrar o ensino das disciplinas necessarias ao exercicio da profissão de medico.

Art. 2º No curso médico serão lecionadas as seguintes disciplinas: (1)

- I. Anatomia
- II. Histologia e Embriologia geral;
- III. Fisiologia
- IV. Fisica biologica;
- V. Quimica fisiologica.
- VI. Microbiologia;
- VII. Parasitologia;
- VIII. Patologia geral;
- IX. Farmacologia;
- X. Anatomia e Fisiologia patologicas;
- XI. Tecnica operatoria e cirurgia experimental;
- XII. Clínica propedeutica medica;
- XIII. Clínica dermatologica e sifiligrafica;
- XIV. Clínica de doenças tropicais e infectuosas;
- XV. Clínica medica (4 cadeiras).
- XVI. Clínica cirurgica (2 cadeiras).
- XVII. Terapeutica clinica;
- XVIII. Clínica urológica;
- XIX. Clínica obstetrica;
- XX. Higiene;
- XXI. Medicina legal;
- XXII. Clínica pediátrica médica e Higiene infantil;
- XXIII. Clínica oto-rino-laringologica;
- XXIV. Clínica ginecologica;
- XXV. Clínica psiquiatrica;
- XXVI. Clínica oftalmologica;
- XXVII. Clínica neurologica;
- XXVIII. Clínica cirurgica infantil e ortopedica.

Art. 3º O ensino das disciplinas, de que trata o artigo anterior, será realizado de acordo com a seguinte seriação:

Primeiro ano

- a) Anatomia;
- b) Histologia e Embriologia geral;
- c)

Segundo ano

- a) Fisica biologica,
- b) Quimica fisiologica,
- c) Fisiologia;

Terceiro ano

- a) Microbiologia,
- b) Parasitologia,
- c) Patologia geral,
- d) Farmacologia;

Quarto ano

- a) Anatomia e Fisiologia patológicas,
- b) Técnica operatoria e experimental,
- c) Clínica propedeutica medica,
- d) Clínica dermatologica e sifiligrafica,
- e) Clínica oto-rino-laringologica,
- f) Clínica cirurgica;

Quinto ano

- a) Higiene,
- b) Medicina legal,
- c) Clínica de doenças tropicais e infectuosas,
- d) Terapeutica clínica,
- e) Clínica cirurgica,
- f) Clínica medica,
- g) Clínica urológica;

Sexto ano

- a) Clínica médica,
- b) Clínica obstetrica,
- c) Clínica pediátrica médica e Higiene infantil,
- d) Clínica cirurgica infantil e ortopedica,
- e) Clínica oftalmologica,
- f) Clínica ginecologica,
- g) Clínica neurologica,
- h) Clínica psiquiátrica.

§ 1º Serão ensinadas em um periodo as seguintes disciplinas, que constituem especializações medicas:

- I. Higiene;
- II. Medicina legal;
- III. Clínica cirurgica infantil e ortopedica;
- IV. Clínica ginecologica;
- V. Clínica neurologica;
- VI. Clínica oftalmologica;
- VII. Clínica psiquiátrica;
- VIII. Clínica oto-rino-laringologica.

§ 2º As demais disciplinas, não incluídas no paragrafo anterior, serão lecionadas em dois periodos.

TÍTULO II

DAS MATRÍCULAS.

CAPÍTULO I

MATRÍCULA INICIAL

Art. 4º Serão exigidos para matrícula no 1º ano do curso médico os seguintes documentos:

- a) certidão que prove idade minima de 17 anos;
- b) carteira de identidade;
- c) atestado de idoneidade moral;
- d) atestado de sanidade;
- e) certificado de aprovação final no curso secundario, com adaptação didatica ao curso medico;
- f) recibo de pagamento da taxa de matrícula e da de frequência no 1º período ou em todo o ano letivo.

g) dois retratos, pequenos, para o cartão da matrícula.

§ 1º Ao aluno matriculado será fornecido um cartão anual, autenticado com o selo da Faculdade impresso sobre o seu retrato.

§ 2º Uma segunda via desse cartão poderá ser fornecida, mediante requerimento do interessado e pagamento da taxa constante da tabela anexa.

§ 3º O requerimento de matrícula, devidamente instruído, deverá ser apresentado a Secretaria de 10 a 25 de fevereiro de cada ano.

Art. 5º O Conselho técnico-administrativo fixará anualmente, em dezembro, o número de alunos a serem admitidos a matrícula no 1º ano, dentro do limite máximo de 200.

CAPÍTULO II

EXAME VESTIBULAR

Art. 6º O exame vestibular, nos termos do art. 121 do decreto anteriormente citado, será exigido para a matrícula no 1º ano enquanto não forem efetivadas as disposições referentes ao curso complementar do ensino secundário, com adaptação didática aos estudos médicos.

Parágrafo único. Este exame versará sobre física geral, química geral, mineral e orgânica, história natural aplicada a medicina, leitura corrente e interpretação de um trecho escrito em duas línguas escolhidas pelo candidato entre o francês, inglês e alemão.

Art. 7º O exame de que trata o artigo antecedente terá lugar, numa só época, de 1º a 20 de fevereiro.

§ 1º A inscrição para esse exame deverá efetuar-se de 15 a 25 de janeiro.

§ 2º Os candidatos deverão apresentar no ato de inscrição:

- a) carteira de identidade e atestado de vacina;
- b) certidão que prove a idade mínima de 16 anos;
- c) certificado de aprovação final nas matérias da 5ª série do curso secundário, oficial ou equiparado;
- d) prova de sanidade;
- e) prova de idoneidade moral;
- f) prova de pagamento da taxa respectiva.

§ 3º Depois de registada na Secretaria, a carteira de identidade será restituída ao candidato, que deverá, obrigatoriamente, apresentá-la a mesa examinadora, quando chamado a provas.

§ 4º O candidato que tiver certificado de curso secundário completo, feito no estrangeiro, nas condições do art. 27 e respectivo § 1º do decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, poderá inscrever-se no exame vestibular, apresentando certificado de aprovação nos exames de Português, Corografia e História do Brasil, prestados no Colégio Pedro II ou, nos Estados, em estabelecimento oficial de ensino secundário.

§ 5º Não será chamado a exame o candidato cujos documentos não satisfaçam todas as exigências legais.

Art. 8º O exame vestibular, concurso para a escolha dos melhores candidatos, compreenderá prova escrita e prova prático-oral.

§ 1º As provas escritas serão feitas, por matéria, em turmas de 30 a 100 alunos, no máximo, de acordo com a capacidade da sala, sendo concedido aos candidatos o prazo de uma hora a uma hora e meia para a dissertação.

§ 2º Essas provas, feitas em papel rubricado pelos tres membros da comissão examinadora, serão julgadas de acordo com o processo estabelecido neste Regulamento.

§ 3º Constarão as provas escritas de dissertação sobre tres questões, formuladas no momento pela mesa examinadora, sobre ponto sorteado, dentre os do programa aprovado pelo Conselho tecnico-administrativo, ouvidos os professores das disciplinas **afins** do curso medico.

§ 4º As questões organizadas para a prova escrita deverão ser formuladas de maneira que obriguem os examinandos ao raciocinio.

§ 5º Essas provas não serão subscritas, devendo os examinandos assinar seus nomes em folha de papel independente, que será restituída a mesa examinadora, pelo candidato, ao mesmo tempo que a respectiva prova.

§ 6º A prova escrita que estiver assinada inhabilitará o seu autor.

Art. 9º A prova pratico-oral terá a duração fixada pela comissão examinadora, de acordo com o ponto sorteado.

Paragrafo unico. Essas provas serão realizadas por materia, em dias diferentes para cada qual das materias, e constarão de uma experiencia ou ~~xx~~ trabalho pratico, seguidos de arguição.

Art. 10º As mesas para julgamento do exame vestibular serão constituídas por três membros, professores da Faculdade ou extranhos.

§ 1º Nenhuma pessoa extranha poderá ser convidada para fazer parte das mesas examinadoras, sem que tenha competencia provada na disciplina que lhe couber examinar.

§ 2º O Conselho tecnico-administrativo organizará duas ou tres mesas para os exames de ciencias e uma para os exames de linguas.

§ 3º Quando forem somente duas as mesas para os exames de ciencias, a associação destas dependerá da competencia dos examinadores que as constituirem, de modo que todos os componentes de cada qual das mesas examinem o aluno chamado antes de lhe conferir a nota.

§ 4º Sempre que o número de candidatos fôr tão elevado que não permita a terminação dos exames dentro do prazo legal, o Conselho tecnico-administrativo organizara mesas suplementares.

Art. 11 As notas atribuidas ás provas variarão de 0 a 10, em numeros inteiros, conferindo cada examinador uma nota para a prova escrita, outra para a pratica e outra para a oral e obedecendo o julgamento, para a classificação, ao disposto no art. 93 e no art. 94 e seus paragrafos, salvo quanto as frações finais, que no caso de exame vestibular, serão conservadas com o seu valor real.

Paragrafo unico. As notas conferidas ás provas escritas, depois de identificados os respectivos autores, não poderão ser alteradas nem retificadas, mesmo pela mesa examinadora, sem previa autorização do Conselho tecnico-administrativo.

Art. 12 Terminados os exames, a comissão examinadora enviará ao Diretor da Faculdade um relatório do ocorrido, acompanhado da lista dos alunos dispostos segundo a ordem da classificação, de acordo com as notas obtidas, só podendo obter matricula, nesse ano, os candidatos que alcançarem media igual ou superior a cinco.

Art. 13 Será inhabilitado para todos os efeitos o candidato que só tiver escrito sobre assunto diferente do sorteado ou nada tiver escrito,

bem como o que fôr encontrado a consultar aponamentos ou livros, não autorizados pela mesa examinadora.

Art. 14. Iniciado o curso complementar do ensino secundario, com adaptação didática ao curso medico, as matrículas no 1º ano dependerão de um curso de merecimento, verificado pelas notas de exames obtidas pelos candidatos inscritos, para que possa ser respeitado o limite maximo referido no art. 5º deste Regulamento.

§ 1º Enquanto não funcionar o curso ginasial superior, a que se refere este artigo, a avaliação do merecimento dependera das notas obtidas no exame vestibular.

§ 2º No caso de excedido o limite fixado no art. 5º pelos candidatos reunidos no ultimo grupo resultante da avaliação do respectivo merecimento, serão estes submetidos a uma nova prova escrita de cada uma das materias do exame vestibular, sobre questões mais difíceis do que as habituais, e o julgamento determinara a ordem de preferencia para a admissão, devendo-se para isso atribuir notas distintas a cada uma das questões e prolongar a media até os centesimos, para apurar a ordem definitiva; si ainda assim houver igualdade de notas no ultimo grupo de candidatos que exceder o referido limite, devera ser concedida admissão a todos eles.

§ 3º Si se verificar, após a terminação do exame vestibular, não terem sido habilitados candidatos em numero bastante para completar o maximo estabelecido pelo Conselho tecnico-administrativo, so poderão ser admitidos a matrícula os que tiverem obtido media 5 (cinco) ou grau superior.

Art. 15. O aluno que, para se matricular, servir-se de documento falso tera nula a sua matrícula, bem como todos os atos que a ela se seguirem; e aquele que, por esse meio, a pretender, obtiver, alem da perda da importância das taxas pagas, ficara sujeito as punições do Codigo Penal e proibido, pelo prazo de dois anos, de matricular-se ou prestar exames em quaisquer estabelecimentos de instrução, federais ou equiparados.

Paragrafo unico. Depois de devidamente apurada qualquer fraude no ato da matrícula, a Diretoria remetera os documentos relativos ao caso as autoridades policiais.

CAPÍTULO III

MATRÍCULAS SUBSEQUENTES

Art. 16. Serão exigidos para a matrícula nos diversos anos do curso medico, a partir do segundo, inclusive, os seguintes documentos:

a) atestado de frequencia aos trabalhos praticos e certificado de estagio nas cadeiras do ano anterior, nas disciplinas lecionadas em um periodo.

b) certificado de aprovação nos exames parciais ou finais exigidos de acordo com a lei;

c) prova de pagamento das taxas de matrícula e de frequencia;

d) dois retratos para o cartão de matrícula.

Paragrafo unico. O requerimento de matrícula devera ser entregue no Protocolo, devidamente instruido, entre 1 e 25 de fevereiro de cada ano.

CAPÍTULO IV

TRANSFERÊNCIAS

Art. 17. A transferência de alunos de outras faculdades, brasileiras ou estrangeiras, só se efetuará em período de matrículas e depois de aprovada pelo Conselho técnico-administrativo e si houver vaga, respeitado o limite máximo de 200 alunos em cada ano.

§ 1º O candidato á transferência admitida no artigo antecedente deverá apresentar, como documentos indispensáveis, si provier de faculdade brasileira:

- a) guia de transferência devidamente autenticada;
- b) histórico da vida escolar, inclusive do curso secundário.

§ 2º Quando provier de escola estrangeira serão exigidos os seguintes documentos:

- a) guia de transferência devidamente autenticada;
- b) prova de haver completado o curso de humanidades, com os exames de Português, História do Brasil e Corografia do Brasil, prestados no Colégio Pedro II ou em estabelecimento de ensino secundário, sob inspeção, mantido por Governo estadual;
- c) prova de aceitar a faculdade, de onde proveiu, a transferência de alunos da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro;
- d) histórico da vida escolar, inclusive do curso secundário.

§ 3º Aceita a transferência, o Conselho técnico-administrativo determinará o ano que o aluno deverá cursar, de acordo com a adaptação mais conveniente a cada caso concreto e de modo que não fique dispensado de nenhuma das disciplinas do curso. (Art. 21, parágrafo único, do decreto n. 20.179, de 6 de julho de 1931).

§ 4º Os candidatos provenientes de faculdades brasileiras somente poderão transferir-se do 2º até ao 5º ano, inclusive, e os de escolas estrangeiras do 2º até ao 3º ano, inclusive, uns e outros subordinados as exigências formuladas neste artigo e seus §§ 1º, 2º e 3º.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

CAPÍTULO I

CURSOS

Art. 18. O ensino médico será feito em cursos normais, equiparados, livres, de aperfeiçoamento e de especialização.

Art. 19. Os cursos normais obedecerão a programa apresentado pelo professor ao Diretor e revisto pelo Conselho técnico-administrativo e ao horário organizado por esse Conselho.

Parágrafo único. Nos cursos normais os professores serão auxiliados pelos chefes de clínica, chefes de laboratório e pelos assistentes, os quais poderão lecionar, por determinação e sob a direção do professor, parte do programa oficial.

Art. 20. O professor catedrático, quando as conveniências didáticas o indicarem e concordar o Conselho técnico-administrativo, poderá agregar a respectiva cadeia um ou mais docentes livres, aos quais serão cometidas funções idênticas as dos auxiliares de ensino e principalmente a execução de parte do programa oficial.

Parágrafo único. A atividade técnica dos docentes livres, nos termos deste artigo, será considerada título de merecimento, para os efeitos de concurso de professor catedrático e de outras vantagens escolares.

Art. 21. Os cursos equiparados, feitos pelos docentes livres, serão requeridos até o dia 31 de janeiro de cada ano ao Diretor da Faculdade, cabendo ao Conselho técnico-administrativo aprovar os programas e a indicação de auxiliares, bem como regular o modo de funcionamento de cada qual desses cursos.

§ 1º Os cursos de que trata este artigo serão realizados na Faculdade, quando as instalações o permitirem, a juízo do Conselho técnico-administrativo, ou fora do recinto da Faculdade, quando o docente livre dispuser de local e de material suficiente para realizá-los com eficiência.

§ 2º Tanto num caso como noutro, admitidos no parágrafo anterior, a localização e o horário do curso dependerão do Conselho técnico-administrativo.

§ 3º Quando o horário não for o do curso normal, as aulas do curso equiparado só serão autorizadas nas horas em que os respectivos alunos estiverem livres, de acordo com o horário oficial.

§ 4º O docente livre, que der curso equiparado em dependência da Faculdade, assinará termo de responsabilidade relativo a indenização dos prejuízos materiais que eventualmente causar e dos reagentes que consumir.

§ 5º O número máximo de alunos dos cursos equiparados será fixado pelo Conselho técnico-administrativo, de acordo com a natureza da disciplina e com os elementos de demonstração de que dispuser o docente livre ou lhe forem facultados.

Art. 22. Os cursos livres poderão ser executados pelos docentes e pelos profissionais, brasileiros ou estrangeiros, de reconhecida capacidade, a juízo do Conselho técnico-administrativo, sendo vedada a execução desses cursos aos professores catedráticos e aos auxiliares de ensino remunerados, embora sejam docentes livres.

Parágrafo único. Os cursos livres deverão ser requeridos ao Diretor e, discutida a conveniência de sua execução pelo Conselho técnico-administrativo, decidirá este da sua realização e aprovará os respectivos programas.

Art. 23. Os cursos de aperfeiçoamento e os cursos de especialização poderão ser organizados e executados pelo professor catedrático ou pelos docentes livres, cabendo ao Conselho técnico-administrativo autorizar a sua realização, aprovar os respectivos programas e expedir instruções relativas ao seu funcionamento.

§ 1º Os cursos de que trata este artigo poderão ser realizados durante o ano letivo, sem prejuízo dos cursos normais, ou durante o período de férias, de acordo com a decisão do Conselho técnico-administrativo.

§ 2º O mesmo aluno, desde que não haja incompatibilidade de horas e outros inconvenientes de ordem didática, a juízo do Conselho técnico-administrativo, poderá frequentar mais de um curso de aperfeiçoamento, se já tiver sido aprovado na disciplina respectiva do curso normal.

Art. 24. Constituirão cursos de especialização, além daqueles que abrangem integralmente algumas disciplinas do curso médico e que habilitem ~~as~~ ~~quais~~ ~~disciplinas~~ ~~do~~ ~~curso~~ ~~médico~~ ~~xxxx~~ ao exercício de especializações médicas, mais os seguintes, que serão organizados de acordo com decisões do Conselho técnico-administrativo:

- 1, Tisiologia;
- 2, Doenças do aparelho digestivo e da nutrição;
- 3, Cardiologia;
- 4, Radiologia;
- 5, Neuro-cirurgia;
- 6, Cirurgia pulmonar;
- 7, Cirurgia plastica;
- 8, Ortopedia do adulto;
- 9, Biotipologia e ortogenia;
- 10, Dietetica;
- 11, Fisioterapia;
- 12, Psicanalise.

Art. 25. Os cursos de que trata o artigo anterior poderão ser realizados pelos professores catedráticos ou pelos docentes livres, com a colaboração dos chefes de clínica, chefes de laboratório e assistentes.

Paragrafo unico. Os mesmos cursos ainda poderão ser realizados, mediante autorização do Conselho técnico-administrativo, por profissionais de reconhecida competência, extranhos a Faculdade, uma vez que disponham de serviços nos quais o ensino possa ser ministrado.

Art. 26. Quando o número de alunos dos cursos normais exceder ao limite máximo de eficiência do ensino e a possibilidade da aprendizagem individual, os alunos serão divididos em turmas, de acordo com decisões do Conselho técnico-administrativo.

§ 1º Os professores catedráticos, no caso de desdobramento de que trata este artigo, receberão gratificações de função equivalentes, cada uma delas a um terço dos respectivos vencimentos.

§ 2º Caberá ao Conselho técnico-administrativo decidir, em cada caso particular, sobre o numero de turmas em que deva ser dividido qualquer curso normal e fixar a remuneração a ser atribuída ao professor, a qual não poderá entretanto, exceder a dois terços dos vencimentos de professor catedrático.

Art. 27. Aos docentes livres, na regencia de cursos equiparados, caberão quotas proporcionais ao numero de alunos neles inscritos, não podendo, entretanto, receber mensalmente quantia superior aos vencimentos de professor catedrático, qualquer que seja o numero de turmas em que dividir o curso equiparado.

§ 1º Aos que regerem cursos equiparados de disciplinas que exijam dos estudantes trabalhos individuais de laboratório, será abônada para compensar o material gasto em cada mês, uma gratificação equivalente a metade de remuneração mensal que lhes couber.

§ 2º O professor catedrático poderá, mediante autorização do Conselho técnico-administrativo, conferir a regencia integral, em hora e local diferentes, de uma das turmas em que tenha dividido o seu curso normal, a docente livre ou a auxiliar de ensino que seja docente, cabendo a este as vantagens referidas neste artigo.

Art. 28. A frequência e as notas dos trabalhos praticos nos cursos normais e equiparados serão registadas em livro especial e em cadernetas pertencentes ao aluno.

Art. 29. A inscrição nos cursos normais e equiparados será feita na Secretaria da Faculdade, devendo o estudante escolher o professor ou o docente livre cujo curso quiser frequentar.

§ 1º A inscrição nesses cursos será feita no período de matrículas, devendo o candidato preencher o boletim que, para tal fim, lhe for fornecido pela Secretaria.

§ 2º O estudante que não satisfizer essa formalidade será automaticamente inscrito no curso do professor da cadeira.

§ 3º O estudante que pretender deixar o curso em que se tiver inscrito, somente poderá fazê-lo no período letivo seguinte, devendo, nesse caso, requerer a transferência ao Diretor até o dia 20 de junho.

§ 4º No caso das transferências previstas no parágrafo anterior, o atestado de frequência e o certificado de estágio serão passados, em cada qual dos períodos letivos, pelo respectivo professor ou docente livre.

Art. 30. Os cursos livres poderão iniciar-se e terminar em qualquer época, e serão realizados de acordo com programas e normas didáticas ~~XXXXXX~~ aprovados pelo Conselho técnico-administrativo.

§ 1º Para a realização dos cursos livres o professor da cadeira poderá fornecer ao respectivo regente, mediante termo de responsabilidade, o material necessário.

§ 2º A realização de qualquer curso livre, dentro ou fóra do recinto da Faculdade, só poderá ter lugar quando autorizada pelo Conselho técnico-administrativo.

§ 3º Nenhum docente livre poderá fazer cursos privados, remunerados ou não, fóra do recinto da Faculdade, sem prévio aviso ao Diretor da Faculdade, sob pena de cassação do título.

§ 4º O docente livre que realizar tais cursos livres não poderá ser incluído nas bancas de exame.

Art. 31. Não é permitida aos auxiliares de ensino, remunerados, salvo o caso previsto no art. 27, § 2º, a organização e realização de cursos livres, dentro ou fora da Faculdade, podendo, entretanto, executar, por determinação do professor catedrático, o ensino de assuntos que, embora não incluídos no programa oficial da cadeira, sejam considerados introdução ao curso normal ou seu complemento.

Art. 32. Todos os cursos da Faculdade serão fiscalizados pelo Diretor a quem caberá verificar a observância das exigências legais e reconhecer a eficiência do ensino ministrado.

§ 1º O Diretor, si assim julgar conveniente, poderá aproveitar a cooperação dos membros do Conselho técnico-administrativo na fiscalização de que trata este artigo.

§ 2º A inobservância de disposição regulamentar, ou de determinação do Conselho técnico-administrativo, e, principalmente, a ineficiência do ensino ministrado autorizam a suspensão de qualquer curso previsto neste Regulamento.

CAPÍTULO II

REGIME DIDÁTICO

Art. 33. O ensino das disciplinas do curso médico obedecerá à seriação indicada no art. 3º deste Regulamento e será realizado em anfiteatros, em salas de demonstrações, em laboratórios de trabalhos práticos, em enfermarias e dispensários dos hospitais e em institutos especiais.

Paragrafo unico. Para a realização do ensino médico, nos termos do art. 75 do decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, em qualquer instalação mantida ou subvencionada pelo Governo Federal, será realizado acordo entre a Diretoria da Faculdade e a respectiva administração.

Art. 34. Nas preleções de anfiteatro, embora de natureza doutrinaria e de instrução coletiva, será essencial o empenho de objetivar o ensino em fatos concretos, aproveitando-se, ainda, para a exemplificação de conceitos, quadros murais, projeções luminosas e quaisquer outros elementos de demonstração.

Art. 35. As aulas de demonstração serão destinadas ao ensino coletivo de grupos de alunos.

Art. 36. Nos laboratórios os alunos serão exercitados, quando possível individualmente, na prática das técnicas e nos processos de verificação experimental.

Paragrafo unico. Nas cadeiras em que não se realizar ensino clínico, os trabalhos praticos de execução pelos alunos serão regulados em instruções do professor, aprovadas pelo Conselho tecnico-administrativo.

Art. 37. Nas enfermarias e dispensarios, o ensino clínico será feito pela observação direta do doente e participação ativa do aluno nos ~~processos~~ processos de diagnostico e de tratamento.

§ 1º Para a fiel execução do disposto neste artigo, os professores de Clínica dividirão os alunos em pequenas turmas que, dirigidas pelos auxiliares de ensino, realizarão o estagio nos trabalhos praticos, alternando-se na observação de casos clinicos diversos.

§ 2º Para poderem ser admitidos ás provas parciais, a exame final ou promovidos ao ano seguinte, deverão os alunos executar trabalhos praticos de enfermaria ou de dispensarios, de laboratorios ou de necropsias, nos quais sejam esclarecidos casos clinicos de condições morbidas diferentes.

§ 3º Desses trabalhos, dirigidos pelo professor e seus auxiliares, farão os alunos observações escritas, julgadas pelo professor, sempre que possível, com a revisao dos fatos referidos.

§ 4º O estagio dos alunos nos trabalhos das clínicas, para o cumprimento do que determinam os artigos e paragrafos anteriores, sera regulado pelo professor, de acordo com os elementos de ensino da respectiva cadeira.

§ 5º Em cada qual das clínicas da Faculdade será exigido anualmente do aluno um minimo de 10 observações (5 por periodo letivo) de doentes de condições patologicas diferentes, sendo exigidas tambem, para a clinica obstetrica, 10 observações de casos variados, normais ou patologicos.

§ 6º Os internos de clinica ficarão dispensados da exigencia estabelecida no paragrafo anterior, relativamente a clinica em que servirem.

Art. 38. As verificações necropticas, macroscopicas ou microscopicas, constituem complemento indispensavel ao ensino clínico.

§ 1º As necropsias das clínicas da Faculdade serão realizadas na cadeira de Anatomia e Fisiologia patologicas, sob a direção e responsabilidade do professor da mesma cadeira, ou em institutos investidos de mandato universitario.

§ 2º Essas necropsias deverão ser presenciadas pelo professor de clinica, ou por um dos seus auxiliares, e pelos alunos que tenham realizado a observação do doente, e as verificações macroscopicas serão referidas, em exposição municiosa, pelo anatomo-patologista que procurará relacio

nar as lesões observadas com a sintomatologia relatada pela clínica respectiva.

§ 3º Os cadáveres enviados pelas clínicas deverão trazer indicações minuciosas das pesquisas executadas durante a doença, bem como o diagnóstico clínico para a orientação do anatomo-patologista.

§ 4º Realizadas as verificações microscópicas indispensáveis, a cadeira de Anatomia e Fisiologia patológicas, ou o instituto investido do mandato universitario, fornecera a respectiva clínica o protocolo das verificações efetuadas, inclusive das referentes a etio-patogenia do caso, e todos os elementos de demonstração prática necessários ao esclarecimento dos alunos.

Art. 39. Sempre que for possível cada uma das clínicas da Faculdade terá um serviço de dispensário que aproveitara a instrução dos alunos, nos casos ocorrentes, no qual será feita a seleção dos doentes que devam ser internados.

Art. 40. Cada uma das clínicas terá um laboratório, destinado a prolongar e completar o ensino da enfermagem e, ainda, a efetivar pesquisas originais.

§ 1º Nos laboratórios de que trata este artigo serão executados todos os trabalhos necessários ao esclarecimento da doença e a demonstração prática dos assuntos lecionados, e neles serão exercitados os alunos na execução dos processos fundamentais de diagnóstico experimental.

§ 2º As pesquisas originais que se realizarem nos laboratórios das clínicas serão orientadas pelo professor e seus auxiliares, e delas poderão participar os alunos que o desejarem.

§ 3º O professor poderá admitir, nos laboratórios da respectiva clínica, pesquisadores nacionais ou estrangeiros, de reconhecida competência e probidade científica irrecusável, que pretendam trabalhar em assuntos especiais.

§ 4º A amplitude das pesquisas originais, em qualquer das cadeiras, e as facilidades concedidas para a sua execução serão resolvidas pelo Conselho técnico-administrativo, mediante representação justificada do professor.

Art. 41. O professor de qualquer disciplina da Faculdade deverá comparecer, diariamente, ao respectivo serviço e dedicar ao ensino a atividade pessoal necessária à execução eficiente do programa e a orientação dos trabalhos práticos e das pesquisas.

Art. 42. Nos impedimentos prolongados, de um período letivo ou mais, o professor será substituído por um docente livre, designado pelo Conselho técnico-administrativo, não podendo, porém, o mesmo docente ser reconduzido no ano seguinte, salvo quando a cadeira só tiver um docente livre.

§ 1º Si a cadeira tiver professor substituído, a ele, em qualquer impedimento, curto ou prolongado, do catedrático e que cabera a substituição.

§ 2º A seleção entre os docentes livres, respeitado o princípio da rotatividade, será feita pelo Conselho técnico-administrativo de acordo com os títulos dos docentes que se candidatarem a substituição.

Art. 43. Os auxiliares de ensino deverão comparecer diariamente, antes do professor, aos serviços da cadeira, e neles permanecer o tempo necessário ao desempenho de suas atribuições, devendo não só atender fielmente as obrigações regulamentares e determinações do professor, como também desempenhar, sem prejuízo do ensino, parte de sua atividade em observações e pesquisas pessoais.

Art. 44. É obrigatória a realização pelo aluno de trabalhos práticos, sendo exigidos, para admissão as provas parciais, aos exames finais e a promoção ao ano seguinte, certificado de estágio e, pelo menos, 2/3 de frequência as aulas práticas.

Paragrafo unico. Nas cadeiras de Clínica o regime do ensino será organizado de modo que os alunos, em conjunto ou divididos em turmas, permaneçam pelo prazo de duas horas, no mínimo tres vezes por semana, no respectivo serviço, em qulas de demonstração ou na execução pessoal de trabalhos práticos.

Art. 45. A Faculdade, por intermedio do Ministerio da Educação e Saúde Publica, entrara em acordo com o Prefeito do Distrito Federal no sentido de serem admitidos a estágio nos serviços da Assistencia Municipal e do Hospital de Pronto Socorro os alunos do quinto e do sexto ano.

Paragrafo unico. O estágio a que se refere êste artigo é obrigatorio e terá a duração de dois meses, pelo menos, não sendo admitidos a exame de Clínica cirurgica, salvo impossibilidade de realização do acordo a que se refere êste artigo.

Art. 46. As aulas dos cursos normais e equiparados serão realizadas tres vezes por semana, durante duas horas, no mínimo, atendida, no ensino, a conveniencia primordial da instrução prática e do exercicio pessoal do aluno, na tecnica respectiva.

§ 1º As aulas teoricas, ou teorico-práticas, deverão ser dadas durante 45 minutos, tres vezes por semana nas disciplinas fundamentais e duas ou tres vezes por semana nas disciplinas de aplicação.

§ 2º O número de alunos, para cada aula prática será fixado pelo professor da cadeira, tendo em vista o local em que funcionar o curso, a natureza da disciplina, o material e o numero de auxiliares de ensino de que dispuser, obtida a aprovação do Conselho tecnico-administrativo.

§ 3º Quando os alunos coletivamente não comparecerem às aulas, teoricas ou praticas, o professor registrará a falta e considerará materia dada o assunto da lição do dia.

Art. 47. Quando, pelo número excessivo de alunos, não fôr possível a realização eficiente do curso normal de qualquer das cadeiras da Faculdade, o Conselho tecnico-administrativo determinará a divisão dos mesmos alunos em turmas, de acordo com o melhor criterio didatico.

Paragrafo unico. O professor catedrático poderá, si quizer, reger uma ou duas turmas suplementares, desde que não haja incompatibilidade de horario sendo as demais confiadas aos docentes livres designados pelo professor, ouvido o Conselho tecnico-administrativo.

Art. 48. No começo dos meses de maio, agosto e novembro o professor e o docente livre, que reger o curso equiparado, deverão apresentar ao Diretor relatorio das principais ocorrencias havidas no ensino a seu cargo, referindo a materia lecionada, a frequência dos alunos e os trabalhos práticos realizados.

Paragrafo unico. Logo após a terminação de qualquer curso o respectivo responsável, professor ou docente livre, apresentara ao Diretor, para que este o encaminhe ao Conselho tecnico-administrativo, um relatório minucioso do que tiver ocorrido, e do qual deverão constar as providencias necessarias ao aperfeiçoamento do curso no ano seguinte.

CAPÍTULO III

INSTITUTOS ESPECIALIZADOS

Art. 49. Para o ensino das disciplinas que requerem intervenção técnica no cadáver e, ainda, para a efetivação mais ampla da atividade escolar em pesquisas originais será organizado, na Faculdade de Medicina, anexo ao Hospital das Clínicas, um instituto especial, com a denominação de "Instituto Anatomico e Biologico".

§ 1º Para a instalação do Instituto Anatomico e Biologico o Governo poderá aceitar o concurso de fundações que se destinem a fins científicos ou humanitários, e também de particulares.

§ 2º O Instituto Anatomico e Biologico terá um Regimento Interno, organizado pelo Conselho técnico-administrativo, e a sua direção técnica caberá rotativamente, de acordo com dispositivos do mesmo regimento, aos professores catedráticos com exercício no instituto.

Art. 50. No Instituto Anatomico e Biologico haverá as seguintes divisões:

I. Anatomia normal, com 3 secções: a) anatomia humana; b) anatomia comparada; c) anatomia microscópica, histologia e embriologia geral;

II, Anatomia e fisiologia patológicas, com 3 secções: a) macroscópica; b) histologia; c) microbiologia e experimentação;

III, Técnica operatoria e cirurgia experimental;

IV, Medicina legal;

V, Pesquisas originais com as seguintes secções: a) biologia aplicada; b) patologia experimental.

§ 1º A secção de biologia aplicada compreenderá um serviço especial de Biometria e Estatística, que prestará cooperação ao ensino e, em particular, as pesquisas em qualquer das cadeiras.

§ 2º O Conselho técnico-administrativo, mediante autorização do Ministro da Educação e Saúde Pública, designará oportunamente, um técnico de reconhecido saber e segura orientação científica, para as funções de "diretor de pesquisas", podendo essa designação recair em qualquer membro do corpo docente da Faculdade, ou em pessoa estranha, nacional ou estrangeira.

Art. 51. No Instituto Anatomico e Biologico será ministrado o ensino das seguintes disciplinas: anatomia humana; anatomia microscópica, histologia e embriologia; anatomia e fisiologia patológicas; técnica operatoria e cirurgia experimental e medicina legal.

Art. 52. Para o ensino das disciplinas referidas no artigo anterior serão aproveitados os cadáveres do Hospital das Clínicas, e também os que se destinem à verificação de obito, na Capital Federal.

Paragrafo unico. As autópsias destinadas à verificação de obito, para os objectivos de providencias sanitarias, serão executadas pela divisão de medicina legal do instituto, podendo aproveitar ao ensino da respectiva cadeira e das outras lecionadas no Instituto Anatomico e Biologico.

Art. 53. No Instituto Anatomico e Biologico será organizado um museu, especialmente destinado ao ensino das diversas disciplinas do curso medico, e ainda à instrução superior sobre assuntos ilustrados no mesmo museu.

§ 1º O museu de que trata este artigo constará de uma secção macroscópica e de uma secção microscópica, sendo incluído, numa e noutra, material das diferentes disciplinas ensinadas na Faculdade.

§ 2º As peças macroscópicas e as preparações microscópicas, destinadas às demonstrações nas cadeiras da Faculdade, serão classificadas de acordo com a sistematização nosográfica, e convenientemente catalogadas, de modo a facilitar a aprendizagem dos alunos.

§ 3º Qualquer das cadeiras da Faculdade poderá requisitar, ao conservador do museu, o material necessário as demonstrações práticas das respectivas disciplinas.

Art. 54. O Instituto Anatomico e Biologico terá um gabinete fotografico com tecnicos tambem experimentados em trabalhos de microfotografias, para o preparo do material necessario ao ensino de qualquer das disciplinas da Faculdade.

Paragrafo unico. Será tambem organizada no Instituto Anatomico e Biologico uma secção de desenho, macroscopico e microscopico, com pessoal tecnico suficiente para atender a execucao de servicos requisitados por qualquer dos professores da Faculdade.

Art. 55. Como dependencia da cadeira de Anatomia e Fisiologia patologicas, sera instalado, no Instituto Anatomico e Biologico, um laboratorio de microbiologia e de histopatologia, destinado a verificacoes etiologicas que devam completar os resultados de necropsias, e tambem ao diagnostico histo-patologico em material de biopsias e de intervencoes cirurgicas nas diversas clinicas da Faculdade.

Art. 56. No Instituto Anatomico e Biologico haverá tambem um gabinete de raios X, destinado a ampliar e a completar, no vivo e no cadaver, os estudos anatomicos, os de pericia medico-legal.

Art. 57. Enquanto não fôr instalado o Instituto Anatomico e Biologico de que tratam os artigos anteriores, a Faculdade procurara realizar as adaptacoes necessarias a eficiencia dos servicos que devam funcionar no mesmo instituto, de maneira que, além do ensino de anatomia normal, de anatomia e fisiologia patologicas, de tecnica operatoria e cirurgia experimental e de medicina legal, ainda se possam realizar ~~pesquisas~~ pesquisas originais.

§ 1º Para esse fim serão mantidos os quatro departamentos, já existentes, de anatomia normal, de anatomia e fisiologia patologicas, de medicina legal e de tecnica operatoria e cirurgia experimental.

§ 2º Esses departamentos serão sub-divididos em duas secções, uma de ensino e outra de pesquisas originais, e serão assim discriminados:

I. Departamento de anatomia normal:

- a) secção de anatomia humana;
- b) secção de antropológia.

II. Departamento de anatomia e fisiologia patologicas:

- a) secção de macroscopia;
- b) secção de histologia e microbiologia.

III. Departamento de tecnica operatoria e cirurgia experimental.

IV. Departamento de medicina legal.

Art. 58. O diretor de cada uma dessas secções será o respectivo professor.

Art. 59. As necropsias de todos os hospitais do Governo, dos hospitais das fundações, dos hospitais particulares subvencionados e do serviço de ~~x~~ verificação de obitos, serão realizados no Instituto Anatomico, quando requisitados os cadáveres pelo Diretor da Faculdade.

Art. 60. Para atender ás necessidades dos serviços clínicos da Faculdade, e ainda para prover o ensino da respectiva especialização, será instalado oportunamente, anexo ao Hospital das Clínicas, um Instituto de Eletroradiologia, dirigido por profissional de reconhecida competencia, escolhido pelo Conselho tecnico-administrativo.

§ 1º O Instituto de que trata êste artigo terá as seguintes secções:
a) roentgendiagnostico e eletrodiagnostico; b) roentgenterapia; c) curieterapia; d) fototerapia; e) eletroterapia.

§ 2º A organização tecnico-administrativa do Instituto de Eletroradiologia será instituída em regimento especial, organizado pelo Conselho ~~xxxx~~ pelo Conselho tecnico-administrativo.

Art. 61. O ensino de radiologia da Faculdade de Medicina será realizado em cursos de aperfeiçoamento, sobre qualquer das disciplinas exercitadas no respectivo Instituto, ou em curso de especialização de eletroradiologia.

Art. 62. A parte do ensino de eletroradiologia relativa ao eletro e radiodiagnostico sera realizada em curso normal, na cadeira de Clínica propedeutica, devendo ser aproveitados, para esse fim, a juizo do professor, os tecnicos do Instituto Eletroradiologico.

Paragrafo unico. O radiodiagnostico necessario aos serviços clínicos da Faculdade sera, de preferencia, realizado em instalações proprias de cada uma das clínicas.

Art. 63. Enquanto não estiyer instalado o Instituto de Eletroradiologia, o ensino de especialização e de aperfeiçoamento dessa disciplina sera feito no gabinete existente e com os recursos atuais, quanto o possivel ampliados, cabendo ao atual tecnico a organização e a direção de tais cursos e, tambem, o concurso ao ensino da cadeira de Clínica propedeutica nos termos do artigo anterior.

Art. 64. A secção de curieterapia, atualmente existente na Faculdade, continuara como dependencia da Clínica dermatologica e sifilografica, até ser instalado o Instituto de Eletroradiologia, obedecendo os respectivos serviços as instruções expedidas pelo Conselho tecnico-administrativo.

Art. 65. Anexo á cadeira de Terapeutica clínica será organizado um serviço especial de Fisioterapia, dirigido por profissional, nacional ou estrangeiro, de reconhecida competencia especializada, escolhido pelo Conselho tecnico-administrativo, ouvido o professor de Terapeutica clínica.

§ 1º O serviço de que trata êste artigo terá as seguintes secções:

- a) hidroterapia;
- b) mecanoterapia.

§ 2º A organização tecnico-administrativa do serviço de que trata êste artigo sera instituída em regimento especial, elaborado pelo Conselho tecnico administrativo.

§ 3º O ensino normal e o de aperfeiçoamento de qualquer dos ramos de fisioterapia, acima referidos, sera ministrado nesse serviço, sob a direção do professor de Terapeutica clínica.

§ 4º As aplicações fisioterapicas, necessarias aos serviços clinicos da Faculdade, serão realizadas no serviço especial de que trata este artigo.

Art. 66. Em casos especiais e a juizo do Conselho tecnico-administrativo qualquer dos serviços tecnicos da Faculdade podera conseguir, pela execucao de trabalhos remunerados, renda eventual, a ser aplicada, mediante autorizacao desse Conselho, no desenvolvimento dos mesmos serviços.

CAPÍTULO IV

PROGRAMAS

Art. 67. Os programas apresentados na epoca legal serão remetidos pelo Diretor ao Conselho tecnico-administrativo, a fim de que sejam revistos, aprovados e mandados a imprimir.

§ 1º Os programas de disciplina lecionada em diversas cadeiras e os de disciplinas afins serão organizados combinadamente pelos respectivos professores, de modo a ser conseguida a conveniente distribuicao de assuntos para cooperacao didatica reciproca.

§ 2º Nos termos do paragrafo anterior serão organizados os programas das seguintes cadeiras, grupadas de acordo com o criterio adotado: a) anatomia normal com histologia e embriologia geral; b) fisiologia, fisica biologica e quimica fisiologiaa; c) microbiologia, parasitologia e higiene; d) patologia geral com anatomia e fisiologia patologicas; e) farmacologia e terapeutica clinica; f) clinica dermatologica e sifilografica com clinica de doencas tropicais e infectuosas; g) as duas clinicas cirurgicas e a clinica urologica; h) as clinicas medicas e a clinica de doencas tropicais e infectuosas.

§ 3º A materia constante de qualquer programa não poderá ser repetida em outro de cadeira diversa, competindo ao Conselho tecnico-administrativo determinar a qual das disciplinas pertence o assunto.

§ 4º Nas cadeiras lecionadas em dois periodos o programa deverá ser organizado de forma que toda a materia possa ser estudada sem atropelo, na parte destinada a cada um deles.

§ 5º Os programas das cadeiras de uma só disciplina deverão ser organizados de modo a se completarem e assim abrangerem, em periodos sucessivos, a maior extensao e, quando possivel, a totalidade da disciplina.

§ 6º Os programas dos cursos equiparados deverão abranger toda a materia lecionada no curso normal respectivo.

§ 7º Os programas deverão ser entregues à Diretoria, sempre que possivel, na primeira quinzena de dezembro, para que possam ser revistos pelo Conselho tecnico-administrativo e publicados durante o mes de janeiro.

§ 8º Na execucao dos programas deverão ser evitadas as precipitações decorrentes da ma distribuicao da materia durante o ano.

§ 9º Quando o programa não for todo explicado até o dia 31 de outubro, o professor sera obrigado a completa-lo durante a primeira quinzena de novembro.

TÍTULO IV
DO REGIME ESCOLAR

Art. 68. O ano letivo será dividido em dois períodos: o primeiro, de 1º de março a 20 de junho e, o segundo, de 10 de julho a 31 de outubro.

Paragrafo unico. No correr dos meses de maio, agosto e novembro serão realizadas provas parciais e no decurso do mes de dezembro deverão terminar os exames finais.

CAPÍTULO I
FREQUÊNCIA — ESTAGIO — PROMOÇÃO

Art. 69. A frequencia ás aulas teoricas e práticas de qualquer cadeira da Faculdade, salvo concessão especial do Diretor, só sera permitida aos alunos regularmente matriculados de acordo com as disposições deste Regulamento.

Art. 70. A habilitação dos alunos, para promoção ao ano imediata, sera verificada pelo certificado de estagio e de trabalhos praticos, e, ainda, pelas provas parciais e pelo exame final.

§ 1º O certificado de estagio e o de frequencia aos trabalhos praticos provarão a habilitação do aluno nas disciplinas lecionadas em um so periodo de que trata o § 1º do art. 3º deste Regulamento.

§ 2º Para as disciplinas lecionadas em dois periodos e para a habilitação nos cursos de especialização, serão exigidas provas parciais ou provas parciais e exame final, alem do certificado de estagio e o de frequencia aos trabalhos praticos.

Art. 71. Para registo do certificado de estagio e do atestado de frequencia aos trabalhos, cada aluno tera uma caderneta na qual o professor, ou o docente livre, anotara a frequencia aos serviços clinicos e as aulas praticas, e inscrevera as notas obtidas na realização dos trabalhos, justificando-as verbalmente ao estudante que isso desejar.

§ 1º Para a promoção nas disciplinas lecionadas em um só periodo, ou para admissão as provas parciais, a media das notas de trabalhos praticos, que tiverem sido realizados ate a epoca da promoção ou da prova, não devera ser inferior a 5, nem registrar o certificado de estagio menos de dois terços de frequencia as aulas praticas.

§ 2º O certificado de estagio, de que trata o paragrafo anterior, devera ser dado de acordo com a eficiencia da coparticipação do estudante nos trabalhos praticos individuais realizados.

§ 3º Nas disciplinas lecionadas sem a realização de exercicios praticos individuais, a assistencia, e eventual arguição dos alunos, as aulas praticas de demonstração devera garantir-lhes o certificado de estagio.

§ 4º O aluno, cuja promoção, nas disciplinas lecionadas em um só periodo, depender apenas de certificado de estagio e de atestado de frequencia aos trabalhos praticos, podera atender a essa exigencia renovando a matrícula na respectiva disciplina no periodo seguinte, ou eximir-se da referida exigencia, submetendo-se a exame final.

Art. 72. A verificação da frequência dos alunos nas aulas práticas deve ser feita pelos chefes de clínica e de laboratório, os quais serão substituídos, em caso de falta, por um auxiliar de ensino designado pelo professor catedrático.

§ 1º No início das aulas práticas proceder-se-á á chamada dos alunos da turma do dia, anotando-se as faltas e as presenças em caderneta especial, rubricada pelo Diretor.

§ 2º Não será permitida a verificação da frequência pela assinatura dos alunos, nem pela apresentação de preparado ou resultado de pesquisas.

§ 3º O professor poderá, além do processo de verificação acima determinado, utilizar-se de outros meios que julgar convenientes.

§ 4º O professor atribuirá notas aos trabalhos realizados pelos alunos, as quais terão valor de orientação no julgamento final, para concessão do certificado de estágio.

Art. 73. Quando as necessidades do ensino o exigirem, o professor catedrático, ou o docente livre na regência de curso equiparado, poderá transformar aulas teóricas em práticas, sem prejuízo da execução integral do programa e com indicação do fato no livro de registo das lições.

Paragrafo unico. Esse direito não deverá ser utilizado pelo docente livre quando a supressão de aulas concorrer para atrazar o seu curso, relativamente ao do catedrático.

CAPÍTULO II

PROVAS PARCIAIS

Art. 74. As provas parciais constarão de dissertação escrita sobre ponto do programa lecionado até 10 dias antes do início das provas.

§ 1º Para esse fim será ouvido o professor catedrático, ou quem o substituir no curso normal, que informara sobre a materia até então lecionada.

§ 2º O Diretor, ouvidos os professores respectivos, fará a distribuição dos alunos de um mesmo ano, de maneira que as provas das diferentes cadeiras possam ser realizadas, dentro do prazo a elas destinado, sem atraso e sem perturbação da marcha dos cursos.

§ 3º O número dos alunos chamados, em cada dia, dependerá do local em que possam ser realizadas as provas com o necessario conforto e a devida fiscalização.

§ 4º Sorteado o ponto, depois de chamados os alunos, cada membro da mesa examinadora formulará tres questões, tres das quais, por novo sorteio, constituirão o assunto da prova parcial.

§ 5º Essas questões deverão ser formuladas de maneira que exijam raciocínio por parte de quem as resolver.

§ 6º A prova escrita, feita em papel rubricado pelos examinadores, não será assinada pelo examinando, que escreverá seu nome em folha solta, igualmente rubricada pelos examinadores e destinada á identificação ulterior das provas, a medida que for sendo feito o respectivo julgamento.

§ 7º Para esse fim a mesa examinadora assinalará convenientemente cada prova e a folha de assinatura respectiva, separando-as a seguir para que possam imediatamente ser acondicionadas em envoltorios apropriados, for-

necidos pela Secretaria e que deverão ser fechados e rubricados pelos membros da mesa examinadora, antes de enviados ao Secretário da Faculdade.

§ 8º A proporção que os examinados entregarem a prova e a folha de assinatura, firmarão o boletim da entrega.

§ 9º Nas cadeiras de Clínica a prova parcial constará da redação de observação clínica de um doente, escolhido por sorteio, limitando o professor a parte da observação a desenvolver.

§ 10º As provas assinadas não terão validade, dispensando-se de julgá-las a banca examinadora.

§ 11º Serão também inhabilitados os estudantes que forem encontrados a consultar livros ou quaisquer apontamentos.

§ 12º Terminadas as provas de uma disciplina, a Secretaria não poderá mais organizar chamada para a referida disciplina.

Art. 75. Cada um dos examinadores atribuirá a cada prova uma nota em numero inteiro, sendo a nota final a media aritmetica das tres notas concedidas, desprezadas as frações até 1/2 e contadas como unidade as superiores a 1/2.

§ 1º A cada questão serão dados pontos em numeros inteiros, variaveis entre 0 (zero) e 3 (tres), correspondentes a prova nula, ma, sofrivel e boa, podendo ser concedido pela mesa examinadora mais um ponto a prova que for considerada otima, representando a soma desses valores parciais a nota de cada examinador, conferida a prova em julgamento.

§ 2º As questões não respondidas, bem como as respostas extranhas á questão proposta, e as mal respondidas, terão grau 0 (zero); as sofrivelmente respondidas, grau 1 (um) ou 2 (dois), e as bem respondidas grau 3 (tres).

§ 3º A correção das provas será feita pela mesa examinadora, com a possivel urgencia e sem atropelos, nos dias seguintes a terminação das respectivas provas.

§ 4º O julgamento dessas provas parciais obedecerá ao que estatuem o art. 93 e o art. 94 e seus paragrafos.

§ 5º Quando a mesa examinadora concluir a correção das provas contidas num envoltorio, consignara as notas de cada examinador no boletim apropriado, determinara a media geral e devolvera o envoltorio ao Secretario da Faculdade, depois de haver colado cada qual dos noletins a respectiva prova.

§ 6º O Secretário da Faculdade procederá, então, em presença do Diretor, á identificação das provas, apos a abertura, do envoltorio de nome correspondente, remetendo-as, a seguir, a Secção de expediente para o necessario registo.

§ 7º As notas conferidas ás provas escritas, depois de identificados os respectivos autores, não poderão ser alteradas nem retificadas, mesmo pela mesa examinadora, sem previa autorização do Conselho tecnico-administrativo.

§ 8º O aluno que não comparecer a qualquer prova parcial, ou nela não puder inscrever-se por falta do certificado de estagio ou de atestado de frequencia aos trabalhos praticos, tera a nota 0 (zero) na referida prova.

§ 9º Os alunos que obtiverem média superior a 6 (seis) nas provas parciais ficarão dispensados do exame final para a promoção ao ano seguinte.

§ 10º Os alunos que alcançarem média 5 ou 6 (cinco ou seis) nas provas parciais ficarão dispensados da prova escrita no exame final.

§ 11º Ficarão obrigados a exame final completo os demais alunos, desde que a média obtida nas provas parciais atinja a 3 (tres), pelo menos, não sendo aplicável essa exigência aos exames realizados no decurso dos períodos letivos nos termos do § 1º do art. 77.

Art. 76. Todos os alunos de uma só disciplina, tanto os de cursos normais como os de cursos equiparados, prestarão provas parciais ou exames finais perante a mesma mesa examinadora e, quando houver mais de uma mesa, a distribuição dos examinandos será feita por sorteio, exceto nos casos previstos no § 3º do art. 79 deste Regulamento.

CAPÍTULO III

EXAMES FINAIS

Art. 77. Os exames finais constarão de uma prova escrita sobre tres questões formuladas na ocasião, versando sobre ponto sorteado, e de uma prova pratica e oral, com execução de trabalhos praticos e arguição pela mesa examinadora, também sobre ponto sorteado.

§ 1º Será permitido ao aluno que não prestar exame final na época regulamentar, ou tenha sido inhabilitado, submeter-se a novo exame em época fixada pelo Conselho tecnico-administrativo, realizando, nesse caso, para obter certificado subscrito pelo professor da cadeira, trabalhos praticos que demonstrem sua capacidade tecnica e o habilitem a realização do exame requerido.

§ 2º Os exames de que trata o paragrafo anterior deverão ser prestados no decurso dos dois primeiros meses do primeiro periodo de cada ano letivo.

§ 3º A juízo do Conselho tecnico-administrativo será permitida matrícula condicional, no ano imediato, ao aluno que não tenha atendido integralmente as exigencias para a promoção, devendo tais exigencias ser satisfeitas antes ou conjuntamente com as do ano letivo em que se matricular.

§ 4º A permissão de que trata o paragrafo anterior não será concedida aos alunos dependentes de mais de duas cadeiras.

Art. 78. Os exames finais de Microbiologia e de Parasitologia serão efetuados simultaneamente e, ~~em~~ em condições identicas, serão realizados os exames de Farmacologia e Terapeutica clinica, os exames de Clinica dermatologica e sifilografica e de doenças tropicais e infectuosas, os exames das duas cadeiras de Clinica cirurgica e de Clinica urologica e os exames das 4 cadeiras de Clinica medica.

Art. 79. As mesas examinadoras das provas parciais e finais serão constituídas por tres membros, entre eles o professor da disciplina, sendo os outros, sempre que possivel, de preferencia os que tenham realizado cursos equiparados, docentes livres da respectiva disciplina, ou de disciplinas afins, si nao forem aqueles em numero suficiente.

§ 1º Enquanto houver substituto de qualquer das cadeiras da Faculdade, a designação do docente livre para a mesa examinadora da respectiva disciplina, só tera lugar depois de convocado o substituto.

§ 2º Nos exames das cadeiras que tenham mais de um professor e nos exames conjuntos de mais de uma disciplina, serão membros obrigatórios da mesa examinadora os respectivos catedráticos.

§ 3º O docente livre, que reger curso equiparado de qualquer disciplina, fará parte da comissão examinadora no dia em que forem chamados a provas os alunos matriculados no respectivo curso.

Art. 80. A inscrição nos exames finais será feita mediante requerimento ao Diretor, devendo o candidato juntar os seguintes documentos:

- a) recibo de pagamento da taxa de frequência relativa a cada matéria e referente ao 2º período letivo;
- b) atestado de frequência e estágio nos trabalhos práticos;
- c) prova de ~~xxxxxx~~ ter obtido média 3, no mínimo, nas provas parciais;
- d) recibo de pagamento da taxa de exames.

Parágrafo único. O aluno deverá declarar sempre, no requerimento, o ano a que pertencer e a matéria de que pretender prestar exame.

Art. 81. O horário dos exames será organizado pelo Diretor, ouvidos os professores, não podendo ser alterado sem aviso prévio de 48 horas, no mínimo.

Art. 82. Até 5 dias antes de iniciados os exames, os requerimentos de inscrição serão aceitos pela Secretaria.

Parágrafo único. Os requerimentos que não forem entregues no prazo, bem como os que não vierem devidamente acompanhados pelos documentos necessários serão indeferidos.

Art. 83. A inscrição em exames e a respectiva chamada serão rigorosamente feitas de acordo com a ordem de entrada dos requerimentos.

§ 1º Para esse fim, ao ser recebido o requerimento no protocolo da Faculdade, será entregue ao aluno um recibo com o número de ordem da inscrição.

§ 2º Perderá o número de ordem, para o efeito do disposto neste artigo, o requerimento que for indeferido.

§ 3º É vedada à mesa examinadora, sob pena de nulidade do ato, submeter a exame qualquer aluno que não conste da lista de chamada do dia.

§ 4º As provas de exame terão início à hora oficialmente marcada, não podendo exceder de 15 minutos o prazo de tolerância.

§ 5º Em caso de falta inesperada de qualquer dos membros da mesa examinadora, o Diretor designará imediatamente o seu substituto para o dia.

§ 6º O número dos alunos chamados para as provas práticas e orais, os quais não poderão exceder de 20 para cada turma, será fixado pelo Diretor, ouvida a respectiva mesa.

§ 7º Os alunos da turma suplementar que não comparecerem, quando chamados em falta dos efetivos, perderão direito a primeira chamada.

§ 8º O aluno que não comparecer à primeira chamada, ou faltar a esta quando incluído em turma suplementar, só poderá ser convocado a prestar exames depois de esgotada a lista de inscrição da disciplina.

§ 9º Para êsse fim deverá o aluno requerer nova chamada ao Diretor, dentro das 48 horas que se seguirem a chamada a que faltar.

§ 10. O requerimento será instruído de modo a ficar provado ter sido de força maior a razão da falta.

§ 11. A segunda chamada será feita logo após a terminação da primeira, devendo o aluno prestar exames perante a mesma comissão para a qual houver sido convocado anteriormente.

Art. 84. Serão membros natos das mesas examinadoras os professores catedráticos efetivos e os atuais substitutos.

§ 1º O presidente da mesa examinadora será sempre o professor catedrático mais antigo.

§ 2º A organização dessas mesas é da exclusiva competência do Conselho técnico-administrativo, ao qual compete ainda providenciar sobre a substituição definitiva de qualquer dos examinadores, quando a isso levado para a boa aplicação das disposições legais e pelos interesses do ensino.

§ 3º caberá ao Diretor fazer a substituição temporária do examinador em caso de falta injustificada ou de retirada por motivo de doença.

§ 4º Para cada uma das disciplinas haverá uma ou mais mesas examinadoras, constituídas por um presidente e dois membros.

§ 5º É vedado a qualquer docente livre, fazer parte, simultaneamente, de mais de uma mesa examinadora.

§ 6º As mesas examinadoras só poderão funcionar com a totalidade de seus membros.

§ 7º Os quatro professores de Clínica médica serão convocados alternadamente, de modo que todos funcionem quando for constituída uma só mesa examinadora.

§ 8º Cada mesa poderá examinar mais de uma turma diariamente, devendo haver entre a terminação da primeira e o início da segunda um intervalo nunca inferior a meia hora.

§ 9º Ao presidente compete zelar a regularidade dos respectivos trabalhos, devendo comunicar ao Diretor qualquer anomalia observada.

§ 10º Diariamente serão enviadas ao Diretor as cédulas de julgamentos, devidamente autenticadas pela mesa examinadora.

§ 11º Terminados os exames prático-orais de cada dia, será lavrada, por um dos examinadores, a ata dos trabalhos na qual serão consignados o resultado dos exames e as ocorrências que devam ser registradas.

§ 12º Essa ata será lavrada em livro especialmente destinado a tal fim, e cujas folhas serão rubricadas pelo Diretor.

§ 13º O presidente, ao terminar os exames da época, enviará ao Diretor um relatório completo dos trabalhos, com a estatística das notas dos alunos examinados.

Art. 85. Os exames finais constarão de tres provas: escrita, prática e oral.

Art. 86. A prova escrita obedecerá, quanto á sua realização e julgamento, ao que estabelecem os artigos 74 e 75 deste Regulamento.

Art. 87. A prova prática consistirá na execução de um trabalho, prepa-

ração, experiência ou exame de doente, conforme a natureza da disciplina.

§ 1º Nas cadeiras de laboratorio a prova prática constará de materia contida no programa de trabalhos praticos.

§ 2º Sorteado individualmente o ponto, o aluno passará á realização dos trabalhos.

§ 3º Para êsse fim requisitará, verbalmente ou por escrito, conforme resolução da mesa, o material que julgar necessario a execução da prova.

§ 4º A mesa examinadora, quando assim entender e as condições de instalação da cadeira o permitirem, podera mandar executar os exame praticos, simultaneamente, por grupos de examinandos da turma do dia.

§ 5º O tempo para a execução da prova prática será fixado pelo presidente, de acordo com os demais membros da mesa e conforme as exigencias da tecnica a empregar.

§ 6º Durante os trabalhos praticos serão os alunos arguidos pelos examinadores, relativamente a tecnica seguida na execução do ponto sorteado.

§ 7º Não poderão ser consultados livros ou apontamentos sem permissão da mesa examinadora.

Art. 88. Nos exames de clínica, além da observação, haverá uma prova prática, sobre casos escolhidos pela comissão examinadora, e outra oral.

Art. 89. Os exames de Clínica serão realizados em hora e meia, fixando a mesa o tempo destinado a cada parte da prova.

§ 1º A prova constará de exame do doente, redação de uma observação clinica e arguição pela mesa.

§ 2º A arguição, que se fará logo após a entrega da observação, segundo a norma estabelecida no § 3º do artigo seguinte, versará sobre o caso clinico ou sobre qualquer outro assunto da mesma disciplina.

§ 3º Durante a prova prática o aluno deverá ser acompanhado por um dos examinadores, que registara as faltas observadas na tecnica.

Art. 90. Terminada a prova prática o examinando tirará o ponto para a prova oral.

§ 1º A prova oral deverá ser prestada, cada examinando por sua vez, perante toda a banca.

§ 2º Os dois examinadores arguirão sobre a materia do ponto sorteado, devendo o presidente fazer as perguntas que julgar necessarias a elucidação do seu juizo.

§ 3º O tempo de arguição da prova oral será de 10 minutos, no minimo, e de 20, no maximo.

Art. 91. Nos exames finais a lista dos pontos da prova oral será organizada de modo a abranger todo o programa, versando cada ponto sobre tres assuntos diferentes, e devera ser remetida pelo catedratico ao Diretor até dez dias depois de encerrado o respectivo curso.

Paragrafo unico. Os pontos de exame oral serão aprovados pelo Conselho tecnico-administrativo, e deverão constar de tres partes distintas, podendo os examinadores arguir o examinando sobre uma, duas ou tres delas, mas não sendo permitido o julgamento do aluno sem que a arguição se tenha extendido a todas as partes do ponto sorteado.

Art. 92. Terminadas as provas práticas e orais proceder-se-á ao julgamento dos exames de todos os alunos da turma do dia.

Paragrafo unico. O aluno que se retirar, depois de ter sido sorteado o ponto, será considerado reprovado.

Art. 93. O valor das notas será o seguinte: má, de 0 a 3, inclusive; sofrível, de 4 a 6, inclusive; boa, de 7 a 9 inclusive, e ótima, 10.

Art. 94. Observadas as disposições anteriores, o julgamento será feito pela nota média obtida nas provas prestadas.

§ 1º Para esse fim os dois examinadores e o presidente atribuirão, separadamente, a prova prática e a prova oral valor inteiro, compreendido entre 0 e 10.

§ 2º A nota do exame será a média geral das notas dadas pelos examinadores a todas as provas prestadas, escrita, prática e oral, desprezando-se, na apuração final, as frações inferiores a 1/2, e contando-se como unidade as superiores a 1/2.

§ 3º Será considerado reprovado o aluno que tiver média final inferior a 4 (quatro).

§ 4º Será considerado aprovado simplesmente o aluno que obtiver média final de 4 (quatro) a 6 (seis), inclusive; plenamente, de 7 (sete) a 9 (nove), inclusive, e com distinção o que obtiver grau 10 (dez) para média geral.

§ 5º As notas atribuídas a cada aluno será registadas por escrito, pelo examinador, logo de depois de realizada a prova, devendo o presidente proceder a apuração quando terminarem os exames de todos os alunos da turma do dia.

CAPÍTULO IV

DEFESA DE TESE

Art. 95. O pedido de inscrição em defesa de tese de doutoramento será feito durante os períodos letivos, realizando-se essa defesa perante uma comissão nomeada pelo Conselho técnico-administrativo.

Paragrafo unico. Aos antigos alunos da Faculdade será permitida a defesa de tese em qualquer época posterior a expedição do respectivo diploma, desde que o requeiram de acordo com as exigências deste Regulamento.

Art. 96. As teses apresentadas á Faculdade não poderão de modo algum representar simples compilação bibliográfica, mas deverão definir, seja em observações ou verificações pessoais, seja em pesquisas originais, o mérito e o esforço do candidato.

Paragrafo unico. Os candidatos á defesa de tese deverão apresentar os manuscritos respectivos, antes da impressão, ao Conselho técnico-administrativo, que decidirá da sua aceitação.

Art. 97. Sendo reputado de valor o trabalho apresentado ao Conselho técnico-administrativo, o candidato, autorizado a imprimir o trabalho, será oportunamente convocado para produzir a sua defesa perante a comissão examinadora, ficando o original arquivado na Faculdade.

Paragrafo unico. O candidato deverá, antes de convocado, fazer entrega a Secretaria de 50 exemplares da tese e, depois de julgado, de mais 100 exemplares, sem o que lhe não será conferido o grau.

Art. 98. A defesa de tese será realizada perante uma comissão examinadora constituída pelo professor da cadeira em que a tese tenha sido incluída e mais quatro professores de disciplinas afins, designados pelo Conselho tecnico-administrativo.

§ 1º Caberá a cada qual dos examinadores arguir a tese pelo prazo máximo de 20 minutos, sendo concedidos ao candidato 15 minutos no máximo, para responder a cada um dos arguidores.

§ 2º Terminada a arguição de cada uma das teses apresentadas, a comissão procederá ao julgamento, emitindo, no momento, juízo fundamentado sobre o valor do trabalho e a defesa realizada.

§ 3º Si a tese merecer aprovação com a média sete ou superior a sete, será conferido ao candidato o título de doutor em medicina.

CAPÍTULO V

REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS

Art. 99. Os medicos, que desejarem habilitar-se para o exercicio profissional no Brasil, deverão requerer a revalidação do diploma ou título de medico ao Diretor da Faculdade de Medicina, apresentando os seguintes documentos:

- I, prova de sanidade, de identidade e de idoneidade moral;
- II, diploma ou título, autenticado no consulado brasileiro da capital do país onde funcionar o estabelecimento de ensino, que haja expedido esse título ou diploma;
- III, prova idonea da validade do diploma ou título em todo o territorio do país de origem;
- IV, historico da vida escolar, inclusive do curso secundario;
- V, tradução, devidamente legalizada dos documentos que instruírem o requerimento e não tenham sido originariamente escritos em portugues.
- VI, certificados dos exames de Português, Corografia e História do Brasil, prestados no Colegio Pedro II ou em estabelecimento de ensino secundario, sob inspeção, mantido por Governo estadual.

§ 1º Considerados validos os documentos acima referidos, deverá o candidato cursar o 4º o 5º e o 6º ano do curso medico, de acordo com o regime estabelecido para os estudantes, ou requerer a prestação dos exames finais de todas as disciplinas desses anos, independente de frequencia e estagio nos cursos normais, na mesma epoca ou em epocas sucessivas.

§ 2º Os exames de habilitação referidos no paragrafo anterior serão prestados de acordo com a seriação seguida no curso medico.

§ 3º A inscrição em exame só será realizada depois de atendidas todas as exigencias regulamentares.

§ 4º No caso do candidato á revalidação do título preferir realizar os exames, independentemente da frequencia aos cursos, pagará as mesmas taxas.

TITULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE

Art. 100. A direção técnica e administrativa da Faculdade será exercida pelo Diretor, pelo Conselho tecnico-administrativo e pela Congregação.

CAPÍTULO I

NOMEAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR

Art. 101. O Diretor — órgão executivo da direção técnica e administrativa — será nomeado pelo Governo, que o escolherá de uma lista triplíce, na qual serão incluídos os nomes de tres professores catedráticos, em exercício na Faculdade, dois deles eleitos por votação uninominal pela Congregação e eleito o terceiro pelo Conselho Universitario.

§ 1º O Diretor terá exercício pelo prazo de tres anos e só poderá figurar na lista triplíce seguinte pelo voto de dois terços da Congregação ou do Conselho Universitario.

§ 2º Caberá ao membro do Conselho tecnico-administrativo mais antigo no magistério, na falta do Diretor ou em suas ausencias e impedimento, substituí-lo na direção da Faculdade e na presidencia do Conselho;

Art. 102. Constituem atribuições do Diretor:

I, entender-se com os poderes superiores sôbre todos os assuntos que interessem a Faculdade e dependam de decisões daqueles;

II, representar a Faculdade em quaisquer atos publicos e nas relações com outros ramos da administração publica, instituições científicas e corporações particulares;

III, representar a Faculdade em juízo e fóra dele;

IV, fazer parte do Conselho Universitario;

V, assinar, conjuntamente com o Reitor, os diplomas expedidos pela Faculdade e conferir grau;

VI, submeter ao Reitor a proposta do orçamento anual da Faculdade;

VII, apresentar anualmente ao Reitor relatorio dos trabalhos da Faculdade, nele assinalando as providências indicadas para a maior eficiencia do ensino;

VIII, executar e fazer executar ás decisões do órgãos administrativos da Universidade;

IX, executar e fazer executar as resoluções do Conselho tecnico-administrativo e da Congregação, podendo, porem, sustar a sua execução si parecerem contrárias as leis, disso levando conhecimento imediato ao Reitor;

X, Convocar e presidir as reuniões do Conselho tecnico-administrativo e da Congregação;

XI, superintender todos os serviços administrativos da Faculdade;

XII, informar o Conselho tecnico-administrativo sôbre quaisquer assuntos que interessem a administração e ao ensino;

XIII, fiscalizar o emprêgo das verbas autorizadas, de acôrdo com os ~~preceitos~~ preceitos da contabilidade publica;

XIV, autorizar a abertura de concorrências e julgar as propostas, respeitados os dispositivos legais em vigor;

XV, fiscalizar a fiel execução do regime didatico, especialmente no que respeita a observancia do horario e dos programas e a atividade de professores, docente livres, auxiliares de ensino e estudantes;

XVI, manter a ordem e a disciplina em todas as dependências da Faculdade e propor ao Conselho tecnico-administrativo as providências de exceção que se façam necessárias;

XVII, dar posse aos funcionarios docentes e administrativos;

XVIII, conceder férias e licenças regulamentares;

XIX, remover de um para outro serviço os funcionarios administrativos de acordo com as necessidades ocorrentes;

XX, assinar e expedir certificados dos cursos de aperfeiçoamento e de especialização;

XXI, nomear os docentes livres, auxiliares de ensino e extranumerarios;

XXII, designar as comissões que não tiverem de ser eleitas pelo Conselho tecnico-administrativo ou pela Congregação;

XXIII, exercer a presidencia das mesas examinadoras em que funcionar;

XXIV, aplicar as penalidades regulamentares;

XXV, exercer as demais atribuições que lhe competirem, nos termos da legislação em vigor e deste Regulamento.

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TECNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 103. O Conselho tecnico-administrativo — órgão deliberativo — sera constituido por seis professores catedraticos em exercicio, escolhidos pelo Ministro da Educação e Saude Publica e renovados de um terço anualmente.

§ 1º Para a constituição, renovação ou preenchimento de vagas do Conselho, a Congregação organizara uma lista de nomes de professores com um numero duplo daquele que deva constituir, renovar ou completar o Conselho, devendo entre eles recair a escolha do Ministro da Educação e Saude Publica.

§ 2º A eleição sera por escrutinio secreto e cada membro da Congregação votara apenas em tantos nomes distintos quantos os necessarios a constituição, renovação ou preenchimento de vagas do Conselho.

§ 3º O membro do Conselho tecnico-administrativo, cujo mandato expirar, podera ser reeleito pela Congregação para constar da lista a ser enviada ao Ministro da Educação e Saude Publica.

§ 4º A vaga de membro do Conselho, em virtude de renúncia, afastamento temporario ou definitivo, ou destituição das funções de professor, sera preenchida na forma deste artigo, cabendo ao substituto exercer o mandato

pelo tempo restante do respectivo exercício.

Art. 104. O Conselho tecnico-administrativo se reunirá, em sessão ordinaria, uma vez por mês, sendo convocado e presidido pelo Diretor ou seu substituto legal.

§ 1º Reunir-se-á extraordinariamente o Conselho quando convocado pelo Diretor, ou seus substituto legal, ou mediante solicitação escrita de dois terços dos seus membros.

§ 2º Das reuniões do Conselho lavrar-se-á uma ata, que será assinada por todos os presentes.

§ 3º O membro do Conselho que, sem justa causa, a juízo dos demais membros, deixar de comparecer a quatro sessões ordinarias consecutivas, sera considerado resignatario e devera ser substituido nas condições do § 4º do artigo anterior.

Art. 105. O Conselho tecnico-administrativo deliberará validamente com a presença de, pelo menos, dois terços dos seus membros, sendo tomadas as decisões por maioria de votos.

Paragrafo unico. O Diretor, nas reuniões do Conselho, só terá direito a voto de qualidade.

Art. 106. Constituem atribuições do Conselho tecnico-administrativo:

I. Organizar o seu Regimento Interno;

II, organizar, ouvida a Congregação, o Regimento Interno da Faculdade, submetendo-o a aprovação do Conselho Universitario;

III, elaborar, de acôrdo com o Diretor, a proposta do orçamento anual da Faculdade;

IV, propôr ao Conselho Universitario despesas extraordinarias não previstas no orçamento anual;

V, submeter aos órgãos competentes qualquer proposta de alteração da organização administrativa ou didatica da Faculdade, de sua iniciativa ou da Congregação e por ambos aprovada;

VI, aprovar a porposta de nomeação de funcionarios administrativos da Faculdade;

VII, propôr o contrato de professores para a realização de cursos ou para a execução de pesquisas, nos termos do artigo 71 do decreto n.19.851, de 11 de abril de 1931;

VIII, autorizar a nomeação de auxiliares de ensino e a designação de docentes livres como auxiliares de professor nos cursos normais;

IX, fixar, anualmente, o número de alunos admitidos á matrícula nos cursos da Faculdade;

X, rever os programas de ensino, afim de verificar si obedecem ás exigencias regulamentares;

XI, organizar horarios para os cursos normais, ouvidos os respectivos professores e atendidas quaisquer circunstancias que possam interferir na regularidade da frequencia e na boa ordem dos trabalhos didaticos;

XII, fixar, ouvido o respectivo professor e de acôrdo com os interesses do ensino, o número de estudantes das turmas a seu cargo;

XIII, autorizar a realização dos cursos previstos neste Regulamento e dependentes de sua decisão, depois de rever e aprovar os programas, e expedir instruções relativas aos cursos de aperfeiçoamento e de especialização;

XIV, deliberar sobre as condições de pagamento dos cursos remunerados;

XV, suspender, atendendo a representação do Diretor, qualquer curso equi-
parado ou livre, de aperfeiçoamento ou de especialização, em cuja marcha não sejam respeitadas as exigências legais e regulamentares;

XVI, organizar as comissões examinadoras de teses e as mesas para as provas de habilitação dos alunos;

XVII, deliberar sobre as inscrições para os concursos de professor e docente livre e fixar a data de sua realização;

XVIII, escolher tres dos membros da comissão julgadora do concurso para catedrático ou docente livre;

XIX, designar o docente que deva substituir o professor catedrático nos seus impedimentos que excedam a um período letivo;

XX, constituir comissões especiais de professores para o estudo de assuntos que interessem a Faculdade;

XXI, emitir parecer sobre quaisquer assuntos de ordem didática que hajam de ser submetido a Congregação;

XXII, encaminhar á Congregação, devidamente informadas e verificada a procedencia dos seus fundamentos, representações contra atos dos professores;

XXIII, tomar conhecimento de representações de natureza administrativa, didática e disciplinar;

XXIV, designar comissões para proceder a inqueritos administrativos e decidir sobre penalidades;

XXV, resolver questões relativas a matrículas, exames e trabalhos escolares, ouvido neste ultimo caso o professor.

XXVI, auxiliar o Diretor na fiscalização do ensino teórico e prático, assistindo aulas e trabalhos escolares e verificando, no fim dos períodos letivos, si foram executados os programas;

XXVII, tomar em relação á vida social da Faculdade as providências que lhe competirem, nos termos do Tit. XIII do decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931;

XXVIII, praticar todos os demais atos de sua competência, em virtude de lei e deste Regulamento ou por delegação de órgãos superiores.

CAPÍTULO III

CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DA CONGREGAÇÃO

Art. 107. A Congregação da Faculdade, órgão superior da sua direção didática, será constituída pelos professores catedráticos efetivos, pelos docentes livres, eleito pelos seus pares em eleição presidida pelo Diretor, e, ainda, pelos atuais professores substitutos e professores catedráticos em disponibilidade.

Paragrafo unico. A presença destes ultimos é facultativa e não serão eles computados para os efeitos da verificação de numero legal.

Art. 108. Constituem atribuições da Congregação;

I, escolher, por votação uninominal, dentre os professores catedraticos em exercicio, dois dos nomes da lista triplíce destinada ao provimento do cargo de diretor;

II, organizar a lista para a escolha dos membros do Conselho tecnico-administrativo e eleger seu representante no Conselho Universitario;

III, eleger, pelo processo uninominal, dois dos membros das comissões examinadoras de concurso;

IV, deliberar sobre a realização de concursos e tomar conhecimento dos pareceres emitidos pelas respectivas comissões julgadoras;

V, aprovar os programas dos cursos normais;

VI, concorrer para a eficiencia do ensino, sugerindo aos poderes superiores, pelo intermedio do Diretor, as providencias que julgar necessarias;

VII, resolver, em grau de recurso, todos os casos que lhe forem afetos, relativos aos interesses do ensino;

VIII, deliberar sobre a destituição de professor catedratico ou docente livre nos casos previstos neste Regulamento;

IX, conceder aos professores, em casos excepcionais e mediante proposta do Conselho tecnico-administrativo, dispensa temporaria do exercicio do magisterio para a realização de pesquisas, no país, ou no estrangeiro;

X, deliberar sobre a concessão de premios escolares;

XI, deliberar sobre as questões que, direta ou indiretamente, interessem ao patrimonio da Faculdade;

XII, exercer as demais atribuições constantes deste Regulamento.

Art. 109. Excluidos os casos de excepcional urgencia, a convocação dos membros da Congregação para as sessões sera feita por officio do Diretor com antecedencia, pelo menos, de 48 horas e no qual, salvo casos especiais, virão declarados os fins da reunião.

Art. 110. Aberta a sessão, o Secretário procederá á leitura da última ata que, depois de discutida e aprovada, sera assinada pelos membros presentes. O Diretor expora, em resumo, a ordem do dia da reunião e dara a palavra aos membros que a pedirem para discutir cada assunto por sua vez. No caso de conter partes distintas o assunto em debate, podera qualquer dos membros da Congregação requerer que seja cada uma delas discutida e votada separadamente.

Art. 111. Durante a discussão não será permitido a qualquer membro da Congregação o uso da palavra por mais de 10 minutos, de cada feita, nem mais de duas vezes, sobre o mesmo assunto, excepto o relator, para esclarecimentos.

Paragrafo unico. Finda a discussão de cada objeto, o Diretor o sujeitará a votação que, quando nominal, principiara pelo professor mais novo no magisterio, votando, porem, antes dele o representante dos docentes livres e os substitutos.

Art. 112. As deliberações da Congregação serão tomadas por maioria de votos e, si o assunto interessar particularmente e algum dos seus membros, a votação será por escrutínio secreto, prevalecendo na hipótese de empate, a opinião mais favorável ao interessado. Este poderá tomar parte na discussão, mas não poderá votar, nem assistir a votação.

Paragrafo unico. O Diretor terá, além do seu voto, o de qualidade.

Art. 113. O membro da Congregação que assistir á sessão não poderá deixar de votar e o que abandonar a sessão sem justo motivo, apreciado pelo Diretor, incorrerá em falta igual a que cometeria si não comparecesse, sem causa justificada.

Paragrafo unico. Verificando-se falta de número no correr da sessão, continuar-se-a a discussão das materias constantes da ordem do dia, adiando-se as votações.

Art. 114. Resolvendo a Congregação que fique em segredo alguma das suas decisões, lavrar-se-a da mesma uma ata especial, fechada com o selo da Faculdade e sobre a capa do envoltorio lançará o Secretario a declaração de sigilo, assinada por ele e pelo Diretor, assinalando também o dia em que se tiver deliberado.

Art. 115. Poderá a Congregação, quando lhe parecer oportuno, retirar da referida ata o carater de sigilo.

Paragrafo unico. Esgotado o objeto principal da sessão, caberá aos membros da Congregação o direito de propor o que julgarem conveniente a boa execução do regulamento e ao aperfeiçoamento do ensino.

Art. 116. Si por falta de tempo não puder alguma das questões suscitadas ser decidida na mesma sessão, ficara adiada a discussão marcando, então, o Diretor o dia em que deva prosseguir.

Art. 117. O Secretario lançará por extenso, na ata de cada sessão, as indicações propostas e o resultado das votações.

§ 1º Os requerimentos e demais papeis submetidos ao julgamento da Congregação, bem como as deliberações por ela tomadas, serão lançadas em extratos.

§ 2º A Congregação poderá mandar inserir, por extenso ou em extrato, as suas resoluções não só nas atas como nos documentos em que devam ficar desse modo registadas.

TÍTULO VI

DO CORPO DOCENTE

Art. 118. O corpo docente da Faculdade será constituído por professores catedráticos, docentes livres, auxiliares de ensino e, eventualmente, professores contratados.

Paragrafo unico. Os atuais professores substitutos, enquanto não forem providos no cargo de catedráticos, farão também parte do corpo docente, competindo-lhes as atribuições constantes deste Regulamento.

CAPÍTULO I

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Art. 119. A seleção do professor catedrático deverá basear-se em ele-

mentos seguros de apreciação do merito científico, da capacidade didática e dos predicados morais do profissional a ser provido no cargo.

Art. 120. O provimento no cargo de professor catedrático será feito por concurso de títulos e de provas.

Paragrafo unico. No caso de recondução de professores o concurso será apenas de títulos.

Art. 121. No decurso de uma quinzena após a verificação de vaga de professor catedrático ou da recusa a que se refere o § 4º do art. 130, ressalvados os casos previstos neste Regulamento de provimento do cargo por contrato ou independente de concurso, o Conselho técnico-administrativo fixará as datas de abertura e encerramento da inscrição no concurso para o provimento do cargo vago, não devendo ser inferior a quatro meses o prazo concedido.

Paragrafo unico. No caso de recondução de professor, nos termos do paragrafo unico do art. 135, a abertura da inscrição no concurso se fará, no minimo, quatro meses antes de expirar o respectivo periodo de provimento temporario.

Art. 122. Logo depois de encerrada a inscrição, já devendo ter o ~~XXXXXX~~ Conselho técnico-administrativo escolhido, nos termos do art. 130, e deles obtido assentimento a indicação, tres dos membros da comissão julgadora do concurso, a Congregação se reunirá para eleger, dentre os seus membros, os que devam completar a mesma comissão e fixará o Conselho a data de inicio das provas.

Art. 123. Para a inscrição no concurso de professor catedrático o candidato, em qualquer caso, devera:

I, apresentar diploma profissional ou científico de instituto onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe;

II, provar que é brasileiro, nato ou naturalizado;

III, apresentar provas de sanidade e de idoneidade moral;

IV, apresentar documentação da atividade profissional ou científica que tenha exercido e que se relacione com a disciplina em concurso;

V, ser docente livre ou ter concluído o curso médico, pelo menos seis anos antes.

Art. 124. O concurso de títulos constará da apreciação dos seguintes elementos comprobatorios do merito do candidato;

I, diplomas e quaisquer outras dignidades universitarias e academicas apresentadas pelo candidato;

II, estudos e trabalhos científicos, especialmente daqueles que assinalem pesquisas originais, ou revelem conceitos doutrinarios pessoais de real valor;

III, atividades didaticas exercidas pelo candidato;

IV, realizações práticas, de natureza tecnica ou profissional, particularmente de interesse coletivo.

Paragrafo unico. O simples desempenho de funções públicas, tecnicas ou não, a apresentação de trabalhos, cuja autoria não possa ser autenticada, e a exibição de atestados graciosos não constituem documentos idoneos.

Art. 125. O concurso de provas, destinado a verificar a erudição e experiência do candidato, bem como os seus predicados didáticos, constará de:

- I, prova escrita;
- II, prova prática ou experimental;
- III, prova didática.

Art. 126. A prova escrita versará sobre assunto incluído no programa de ensino e deverá ser realizada no prazo máximo de seis horas.

§ 1º Os pontos para essa prova escrita, em número de 10 a 20, serão organizados pela comissão julgadora do concurso no momento do sorteio.

§ 2º A comissão guardará cada prova em envoltório que será lacrado e rubricado por todos os seus membros.

§ 3º Esses envoltórios serão guardados em caixa fechada e selada, cuja abertura só terá lugar quando a comissão se reunir para julgar a prova.

Art. 127. A prova prática ou experimental será executada no prazo de 4 a 6 horas, a juízo da comissão, sobre ponto sorteado, no momento, de uma lista de 10 a 20 pontos organizada pela comissão julgadora do concurso, ou sobre um doente escolhido pela comissão, com exposição verbal no decorrer da prova.

Parágrafo único. É permitido a qualquer dos professores da Faculdade assistir a realização desta prova.

Art. 128. A organização dos pontos para a prova prática deverá obedecer às exigências formuladas de acordo com as disciplinas e discriminadas nos parágrafos seguintes:

§ 1º Na cadeira de Histologia e Embriologia geral os pontos da prova prática serão organizados de maneira que o candidato possa demonstrar conhecimentos nas seguintes questões:

- a) realização de um preparado pela técnica indicada no ponto;
- b) diagnose, caracterização e estudo demonstrativo do preparado assim obtido, em campo de projeção, perante a comissão julgadora do concurso.

§ 2º Na cadeira de Anatomia os pontos da prova prática deverão ser organizados de maneira que o candidato atenda as seguintes exigências:

- a) técnica e execução de dissecação fina, sistemática e topográfica;
- b) classificação antropológica do material sorteado;
- c) técnica de preparo e montagem de peças para museu, especialmente de reconstruções plásticas.

§ 3º Nas cadeiras de Física biológica, Fisiologia e Química fisiológica os pontos para a prova prática serão organizados de maneira que o candidato haja sempre de demonstrar sua competência na realização de verificações quantitativas e qualitativas, bem como na execução de experiências relativas ao ponto sorteado.

§ 4º Nas cadeiras de Microbiologia e de Parasitologia a organização dos pontos práticos atenderá a necessidade de revelar o candidato habilitações nas seguintes questões:

- a) pesquisas experimentais, com a realização da técnica de laboratório acorde com o ponto sorteado;
- b) execução de método biológico.
- c) experimentação ou verificação, em animais de laboratório ou no doente, de acordo com o assunto da prova e as possibilidades do tempo.

§ 5º Nas cadeiras de Farmacologia a prova prática será organizada de maneira a comportar as seguintes partes:

a) farmacodinâmica: bio-experiência de ação útil (medicamentosa), ou nociva (tóxica) e efeitos dos medicamentos;

b) farmacotécnica: identificação de um medicamento ou de uma forma por meios físicos, químicos ou biológicos.

§ 6º Na cadeira de Patologia geral os pontos para a prova prática serão organizados de maneira que de cada um deles constem questões sobre dois ou mais dos seguintes assuntos: reações humorais; perturbações funcionais; lesões anatómicas macro e microscópicas; e nosogénia.

§ 7º Na cadeira de Técnica operatoria e Cirurgia experimental compreenderão os pontos de prova prática;

a) operação no cadáver;

b) preparo e demonstração de uma região, sob o ponto de vista da anatomia aplicada.

§ 8º Na prova prática de Anatomia e Fisiologia patológicas os pontos serão organizados de modo que o candidato realize sempre:

a) necropsia geral ou regional e redação do respectivo protocolo, no qual deverão ser estabelecidas as relações entre a sintomatologia da doença e as lesões encontradas;

b) exame histo-patológico, iniciado com a colheita do material;

c) caracterização física, estrutural e química de um material patológico.

§ 9º Na cadeira de Terapêutica clínica os pontos práticos comportarão as duas partes seguintes:

a) determinação das indicações terapêuticas sugeridas pelo doente sorteado;

b) técnica de aplicação fisioterápica, indicada no ponto.

§ 10º Nas cadeiras de Clínica cirúrgica e das especialidades cirúrgicas (clínica obstétrica, clínica ginecológica, clínica oto-rino-laringológica, clínica oftalmológica, clínica urológica e clínica cirúrgica infantil e ortopédica), o candidato realizará, além de uma prova de doente, uma operação no cadáver, sorteada dentre dez escolhidas pela comissão examinadora do concurso, do programa da cadeira de Técnica operatoria e Cirurgia experimental e, ainda, uma sessão operatoria no vivo, de sua livre escolha.

§ 11. Na cadeira de Higiene a prova prática exigirá a realização das seguintes questões:

a) diagnóstico higiénico e epidemiológico da doença sorteada;

b) exercício experimental sobre assunto de higiene geral

§ 12. Na cadeira de Medicina legal os pontos práticos deverão compreender as seguintes partes:

a) autópsia médico-legal e redação do protocolo;

b) perícia sobre psiquiatria, traumatologia, obstetrícia forense, afrodisiologia forense ou de laboratório;

c) pesquisa toxicológica.

§ 13. Nas cadeiras de Clínica médica e de especialidades médicas (clínica propedeutica medica, clínica dermatologica e sifiligráfica, clínica de doenças tropicais e infectuosas, clínica pediátrica medica e higiene infantil, clínica neurológica e clínica psiquiátrica), os pontos deverão satisfazer as seguintes exigencias.

- a) pesquisas de semiótica física, com a necessaria interpretação semiológica;
- b) pesquisas experimentais indicadas para o esclarecimento etio-patogenico do caso clínico;
- c) aproveitamento dos processor físicos de diagnostico e de terapeutica applicaveis ao doente;
- d) pesquisas fisico-químicas, químicas e fisiológicas indicadas no ponto.

Art. 129. A prova didática, realizada perante a Congregação, constará de uma dissertação durante 50 minutos sobre ponto sorteado, com 24 horas de antecedencia, de uma lista de 10 a 20 pontos organizada pela comissão julgadora, compreendendo assunto do programa da disciplina.

Paragrafo unico. Na prova de que trata este artigo deverá o candidato, para objetivar a doutrina referente ao ponto sorteado, utilizar-se de todos os elementos de demonstração concreta necessarios a ilustrar a prova e evidenciar seus predicados didaticos, inclusive a apresentação de doente nas provas de clínica.

Art. 130. O julgamento do concurso será realizado por uma comissão de cinco membros, que deverão possuir conhecimentos aprofundados da disciplina em concurso, dos quais dois serão indicados pela Congregação e três outros escolhidos pelo Conselho tecnico-administrativo dentre professores de outros institutos de ensino superior ou profissionais especializados, de instituições tecnicas ou científicas.

§ 1º A presidencia da comissão julgadora do concurso caberá ao professor mais antigo dos que forem eleitos pela Congregação.

§ 2º Essa comissão estudará os titulos apresentados pelos candidatos e acompanhará a realização de todas as provas do concurso, afim de fundamentar parecer minucioso, classificar os concurrentes por ordem de merecimento e indicar o nome do candidato a ser provido no cargo.

§ 3º O parecer de que trata o paragrafo anterior deverá ser submetido a Congregação, que só o podera rejeitar por dois terços de votos de todos os seus membros, quando unanime ou reunir quatro assinaturas concordes, e por maioria absoluta, quando o parecer estiver apenas assinado por tres dos membros da comissão julgadora.

§ 4º Em caso de recusa do parecer referido nos paragrafos antecedentes sera aberto novo concurso.

§ 5º A comissão deverá lavrar uma ata de cada uma das reuniões que realizar, seja para assistir a organização dos pontos e execução das provas, seja para o respectivo julgamento.

Art. 131. Terminado o julgamento do concurso, a Congregação indicará ao Governo o candidato a ser provido no cargo.

§ 1º A nomeação do professor será feita por decreto.

§ 2º A posse do professor terá lugar em sessão solene da Congregação, especialmente convocada para esse fim.

Art. 132. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, para o Conselho Universitario que, ouvida a Congregação da Faculdade, instruirá o Ministro da Educação e Saúde Pública, opinando pelo provimento ou não do recurso.

Art. 133. Para provimento no cargo de professor catedrático, independente de concurso e antes da abertura deste, poderá ser indicado, pelo voto de dois terços da Congregação da Faculdade, o profissional insigne que tenha realizado invento ou descoberta de relevância, ou tenha publicado obra doutrinária de excepcional valor.

Paragrafo unico. A indicação será proposta por um dos professores catedráticos, mas só poderá ser efetivada mediante parecer de uma comissão de cinco membros, escolhida nos termos do art. 130 deste Regulamento.

Art. 134. O provimento no cargo de professor catedrático de qualquer das disciplinas lecionadas na Faculdade poderá ser feito, si assim o indicarem irreversíveis vantagens para o ensino, pela transferencia de professor catedrático de disciplina da mesma natureza, de instituto de outra ou da propria Universidade do Rio de Janeiro, de acordo com o processo do artigo anterior e respectivo paragrafo.

Art. 135. A primeira nomeação para o provimento no cargo de professor catedrático, mediante concurso ou nos termos dos artigos anteriores, será feita por um periodo de 10 anos.

Paragrafo unico. Findo o periodo de 10 anos, si o professor se candidatar, novamente ao cargo, proceder-se-a a um concurso de titulos, na forma do artigo 130, ao qual só poderão concorrer professores catedráticos e docentes livres da mesma disciplina ou de disciplinas afins, com cinco anos pelo menos de exercicio no magisterio.

Art. 136. O professor catedrático, depois de reconduzido, gozará das garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, de que só poderá ser privado por abandono do cargo ou sentença judiciaria.

Art. 137. Os vencimentos e outras vantagens suplementares concedidas aos professores catedráticos, tanto daqueles que exercerem atividade parcial quanto dos que devotarem ao ensino tempo integral, serão fixados no orçamento da Universidade do Rio de Janeiro, de acordo com a natureza do ensino e a extensão do trabalho exigido.

Art. 138. Constituem deveres e atribuições do professor catedrático:

I, dirigir e orientar o ensino de sua cadeira, executando, com o melhor criterio didatico, o programa aprovado pela Congregação;

II, apresentar anualmente, sempre que possivel até 15 de dezembro, o programa acima referido, nele particularizando o que se relacionar com a execução dos trabalhos praticos;

III, assinar, após a aula, o livro de frequencia, com a declaração do assunto lecionado;

IV, dirigir pessoalmente os trabalhos praticos, submeter os alunos ás provas parciais ou finais regulamentares, assinar os certificados de frequencia e estagio, atribuindo aos trabalhos praticos a nota merecida;

V, fornecer á Secretaria, no decurso da quinzena que se seguir á realização das provas parciais, as notas respectivas;

VI, fiscalizar a observancia das disposições regulamentares, quanto á frequencia, ao estagio e á execução de trabalhos praticos pelos alunos e quanto á atividade dos auxiliares de ensino e de serviço;

VII, apresentar ao Diretor, dentro dos tres primeiros dias dos meses de maio, agosto e novembro, relatório circunstanciado sobre o ensino ~~xxxx~~ a seu cargo, especificando a parte lecionada do programa, os trabalhos praticos realizados e a frequencia dos estudantes a esses exercicios praticos;

VIII, indicar ao Diretor os nomes de docentes livres que o devam auxiliar no curso normal;

IX, propôr a nomeação e exoneração do chefe de clínica, ou de laboratorio, dos assistentes e dos auxiliares de serviço sob sua direção;

X, organizar, nos termos dêste Regulamento, os cursos de aperfeiçoamento e de especialização de sua cadeira, propondo os nomes dos profissionais que os devam executar;

XI, comparecer diariamente aos serviços a seu cargo;

XII, organizar os serviços de sua cadeira durante o periodo de férias;

XIII, sugerir ao Diretor as medidas necessarias ao melhor desempenho de suas atribuições;

XIV, tomar parte nas reuniões da Congregação e do Conselho técnico-administrativo, quando dêste fizer parte;

XV, fazer parte das comissões examinadoras e de outras para as quais for designado ou eleito;

XVI, propôr ao Diretor as medidas disciplinares regulamentares que devam ser applicadas aos funcionarios a serviço da respectiva cadeira.

Paragrafo unico. Aos professores substitutos, ainda existentes no quadro da Faculdade e quando em exercicio, caberão deveres e atribuições identicos aos discriminados neste artigo.

Art. 139. O professor catedratico, além do desempenho de suas funções normais no ensino, deverá destinar, semanalmente, uma hora de sua atividade para atender, na sede da Faculdade ou do serviço sob sua direção que a ela pertencer, a consultas dos estudantes para o fim de orienta-los, individualmente, na realização de trabalhos escolares ou de pesquisas originais.

Art. 140. O professor catedratico é responsavel pela eficiencia do ensino da sua disciplina, cabendo-lhe ainda promover e estimular pesquisas, que concorram para o progresso das ciencias e para o desenvolvimento cultural da Nação.

Art. 141. Em casos excepcionais e por deliberação da Congregação, mediante proposta do Conselho tecnico-administrativo, sera concedida ao professor catedratico, ate um ano no maximo, dispensa temporaria das obrigações do magisterio, afim de que se devote a pesquisas em assunto de sua especialização, no país ou no estrangeiro.

Paragrafo unico. Caberá ao Conselho tecnico-administrativo verificar a proficuidade dos trabalhos científicos empreendidos pelo professor, podendo prorrogar o prazo concedido ou suspender a concessão.

Art. 142. O professor poderá ser destituído das respectivas funções, pelo voto de dois terços dos professores catedraticos da Faculdade e sanção do Conselho Universitario, nos casos de incompetencia científica, incapacidade didatica, desidia inveterada no desempenho das atribuições, ou atos incompativeis com a moralidade e a dignidade da vida universitaria.

= § 1º A destituição de que trata este artigo só poderá ser efetivada mediante processo administrativo, no qual atuara uma comissão de professores, eleita pela Congregação da Faculdade.

§ 2º Quando o professor destituído das funções do magisterio já se achar no gozo de vitaliciedade e inamovibilidade no cargo sera proposta ao Governo a respectiva aposentadoria compulsoria.

Art. 143. O professor catedratico, depois de 25 anos de exercicio efetivo da cathedra, podera requerer jubilação com todas as vantagens em cujo gozo estiver e sera aposentado depois de 30 anos de magisterio ou quando atingir a idade de 65 anos.

§ 1º No caso de aposentadoria nos termos deste artigo, si o tempo de exercicio efetivo no magisterio for inferior a 25 anos, as vantagens da aposentadoria serao reduzidas proporcionalmente.

§ 2º No caso de aposentadoria por implemento de idade ou por haver completado 30 anos de magisterio, a Congregação, atendendo ao merito excepcional do professor, por dois terços de votos e justificando as vantagens da medida, podera porpor ao Governo, por intermedio do Conselho Universitario, prorrogar por mais cinco anos o exercicio da cathedra.

Art. 144. Aos professores catedraticos jubilados ou aposentados, por cujos servicos no magisterio, considerados de excepcional relevancia, for conferido pelo Conselho Universitario o titulo de "Professor emerito", cabera o direito de realizar cursos livres, comparecer as reunioes da Congregação, sem direito de voto ativo ou passivo, e fazer parte de comissoes universitarias.

Art. 145. O titulo de professor honoris causa, nos termos do artigo 91, § 1º, do decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, só podera ser conferido a personalidades scientificas eminentes, nacionais ou estrangeiras, cujas publicações, inventos e descobertas tenham concorrido de modo apreciavel para o progresso das ciencias, ou tenham beneficiado a humanidade.

§ 1º A concessão do titulo de professor honoris causa devera ser proposta ao Conselho Universitario pela Congregação, apos parecer de uma comissao de cinco professores da Faculdade aprovado por dois terços de votos de todos os seus professores catedraticos.

§ 2º O diploma de professor honoris causa sera expedido em reuniao solene da Assembleia Universitaria, com a presenca do diplomado ou de seu representante idoneo.

CAPITULO II

DOCENTES LIVRES

Art. 146. A docencia livre destina-se a ampliar, em cursos equiparados aos cursos normais, a capacidade didatica da Faculdade e a concorrer, pelo tirocinio do magisterio, para a formacao do corpo de seus professores.

Art. 147. O titulo de docente livre exigira do candidato a demonstração por um concurso de titulos e de provas, de capacidade tecnica e scientifica e de predicados didaticos.

Art. 148. Para a habilitação á docencia livre o candidato apresentara, ao inscrever-se em concurso:

I, diploma ou certificado profissional de instituto em que se ministre ensino da disciplina cujo concurso se proponha fazer;

- II, prova de que é brasileiro, nato ou naturalizado;
- III, provas de sanidade e de idoneidade moral;
- IV, documentação da atividade profissional ou científica que tenha exercido e que se relacione com a disciplina em concurso;
- V, prova de ter concluído o curso médico, pelo menos, tres anos antes.

Art. 149. O concurso de títulos realizar-se-á em época marcada anualmente pelo Conselho tecnico-administrativo e constará da apreciação dos seguintes elementos comprobatorios do merito do candidato:

- I, diplomas e quaisquer outras dignidades universitarias e acadmicas apresentadas pelo candidato;
- II, estudos e trabalhos científicos, especialmente aqueles que assinalem pesquisas originais, ou revelem conceitos doutrinarios pessoais de real valor;
- III, atigidades didaticas exercidas pelo candidato;
- IV, realizações praticas de natureza tecnica ou profissional, particularmente as de interesse coletivo.

§ 1º O simples desempenho de função pública, tecnica ou administrativa, a apresentação de trabalhos, cuja autoria não possa ser autenticada e a exibição de atestados graciosos, não constituem documentos idoneos.

§ 2º A inscrição para o concurso de títulos e provas, que deverá realizar-se na primeira quinzena de novembro, sera encerrada a 15 de setembro de cada ano.

Art. 150. O concurso de provas obedecerá ás determinações constantes dos artigos 125 a 129, no que lhe forem applicaveis.

Art. 151. O julgamento do concurso será realizado por uma comissão de cinco membros, que deverão possuir conhecimentos aprofundados da disciplina em concurso, dos quais dois serão indicados pela Congregação e tres outros escolhidos pelo Conselho tecnico-administrativo dentre professores de outros institutos de ensino superior ou profissionais especializados, de instituições tecnicas ou científicas.

§ 1º Havendo impossibilidade na constituição da comissão pela recusa de um ou mais dos professores ou profissionais especializados escolhidos pelo Conselho tecnico-administrativo, a referida comissão podera ser completada, mediante indicação do mesmo Conselho, com professores da Faculdade.

§ 2º A presidencia da comissão caberá ao professor da Faculdade mais antigo no magisterio.

§ 3º Caberá á comissão julgadora estudar os titulos apresentados pelos candidatos e acompanhar a realização de todas as provas do concurso, afim de fundamentar parecer municioso concluindo pela indicação dos candidatos habilitados e dos que o não forem.

Art. 152. Constituem atribuições e direitos dos docentes livres:

I, realizar cursos livres ou equiparados, de acôrdo com os dispositivos regulamentares;

II, colaborar com o professor na execução dos cursos normais, dos de aperfeiçoamento e dos de especialização;

III, organizar e realizar cursos de aperfeiçoamento e de especialização relativos a disciplina de que for docente livre;

IV, realizar cursos ou conferências de extensão universitaria, quando designado pelo Conselho tecnico-administrativo;

V, apresentar ao Conselho tecnico-administrativo o programa dos cursos que requerer, e informar o Diretor sobre as condições dos mesmos cursos;

VI, substituir o catedrático, nos termos deste Regulamento, recebendo os vencimentos estipulados pela tabela orçamentária em vigor;

VII, reger o ensino de turmas suplementares de acordo com as disposições deste Regulamento;

VIII, apresentar ao Diretor, quando solicitado, relatório circunstanciado sobre o ensino a seu cargo, especificando a parte lecionada do programa, os trabalhos práticos realizados e a frequência dos estudantes a esses exercícios práticos;

IX, fazer parte das mesas examinadoras, quando designado nos termos deste Regulamento, salvo quando tenha realizado cursos livres;

X, tomar parte nas reuniões da Congregação, quando convocado e de acordo com os dispositivos regulamentares.

Art. 153. Os docentes livres, no exercício do ensino, ficam sujeitos aos dispositivos regulamentares, que lhes forem aplicáveis.

Parágrafo único. Os docentes livres, que incluírem em seus impressos e anúncios o título universitário, deverão fazê-lo com a indicação precisa da respectiva investidura, cabendo ao Diretor da Faculdade, quando o julgar conveniente, fazer a necessária retificação.

Art. 154. O ensino ministrado pelo docente livre, em cursos equiparados, obedecerá às linhas fundamentais dos cursos normais, e deverá ser realizado de acordo com o programa e horário previamente aprovados pelo Conselho tecnico-administrativo.

§ 1º Os cursos equiparados a que se refere este artigo poderão ser realizados no recinto da Faculdade ou fora dele.

§ 2º A autorização ao docente livre, para a realização de cursos equiparados em recinto fora da Faculdade, só será concedida pelo Conselho tecnico-administrativo, quando verificar que o docente possui os elementos necessários à eficiência do ensino.

Art. 155. As prerrogativas de docência livre, no que respeita à realização de cursos, poderão ser conferidas, pelo Conselho tecnico-administrativo, aos professores catedráticos de outras universidades, ou de institutos isolados de ensino superior, que as requererem, e quando apresentarem garantias pessoais de bem desempenharem as funções do magisterio.

Parágrafo único. As prerrogativas da docência livre, em casos excepcionais poderão ser conferidas transitoriamente aos profissionais especializados das instituições técnicas ou científicas a que se refere o art. 2º do decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931.

Art. 156. A Congregação, de cinco em cinco anos, fará a revisão do quadro dos docentes livres, a fim de excluir aqueles que não houverem exercitado atividade eficiente no ensino, ou não tiverem publicado qualquer trabalho de valor doutrinário, de observação pessoal ou de pesquisas que os recomende a permanência nas funções de docente.

Art. 157. As causas que determinam a destituição dos professores catedráticos justificam idêntica penalidade em relação aos docentes livres.

CAPÍTULO III

AUXILIARES DE ENSINO

Art. 158. Cada uma das cadeiras da Faculdade terá, como auxiliares de ensino, um chefe de clínica ou de laboratório e assistentes e, como auxiliares de serviço, internos, monitores e auxiliares técnicos.

§ 1º Aplica-se aos auxiliares de ensino e de serviço, compreendidos neste artigo, a determinação constante do parágrafo único do art. 153.

§ 2º O número dos assistentes e dos auxiliares de serviço variará de acordo com as necessidades didáticas, as possibilidades orçamentárias e a decisão do Conselho técnico-administrativo.

§ 3º Os chefes de clínica e de laboratório receberão instruções do professor catedrático, as quais serão transmitidas aos demais auxiliares de ensino e aos de serviço, ficando, entretanto, os primeiros responsáveis pela sua rigorosa observância.

§ 4º É da competência dos chefes de clínica e de laboratório verificar a presença dos alunos nas aulas práticas e registra-la em caderneta especial rubricada pelo Diretor.

§ 5º Aos chefes de clínica incumbe, além disso, manter sob sua guarda todo o material de ensino da clínica, inventariando-o em livro especial, rubricado pelo Diretor, e assinar os recibos dos pedidos feitos pelo catedrático, sendo o responsável pelos extravios e faltas sobre cuja ocorrência não providenciar imediatamente.

§ 6º Aos chefes de clínica e de laboratório são atribuídas igualmente todas as demais funções e obrigações consignadas neste Regulamento para os assistentes.

Art. 159. Os chefes de clínica e de laboratório serão substitutos do professor na sua falta eventual, nos dias de aula, e, ainda, nas ausências temporárias que não excedam o período letivo.

Art. 160. O professor catedrático, em instruções especiais aprovadas pelo Diretor, organizará a distribuição dos serviços pelos auxiliares de ensino e de serviço, usando para que sejam fielmente cumpridas dos direitos que este Regulamento lhe faculta.

Parágrafo único. Os auxiliares de ensino ou de serviço extranumerários, não remunerados, ficarão sujeitos a todas as exigências regulamentares relativas aos efetivos.

Art. 161. O auxiliar de ensino deverá, dois anos após a sua nomeação para o cargo, submeter-se a concurso para docente livre, sob pena de perda automática do cargo e de não poder ser auxiliar de ensino de outra disciplina sem que haja obtido, previamente, a respectiva docência livre.

§ 1º Ficam dispensados de disposto neste artigo os membros das instituições científicas a que sejam conferidos mandatos universitários.

§ 2º Ficam também isentos de disposto neste artigo os auxiliares de ensino que, em virtude de leis anteriores, gozam de vitaliciedade no cargo.

Art. 162. Aos assistentes incumbe:

I, comparecer diariamente ao serviço, antes da hora das aulas, afim de dispôr, segundo as indicações do professor catedrático, tudo quanto for necessário às demonstrações e aos exercícios práticos.

II, assistir ás aulas teóricas, realizando as demonstrações experimentais e os exames clínicos indicados;

III, exercitar o aluno no manejo dos instrumentos e aparelhos, na técnica de exame dos doentes, guiá-los nos exercícios práticos, de acôrdo com as instruções recebidas, e fiscalizar os trabalhos que os alunos houverem de executar;

IV, cuidar da conservação dos aparelhos e instrumentos;

V, assinar recibo do material entregue pelo Almojarifado.

Art. 163. Aos assistentes de clínica, além das obrigações constantes do artigo anterior, incumbe mais:

I, examinar diariamente os doentes a seu cargo e comunicar aos professores as ocorrências sobrevindas;

II, registrar no livro de informações as observações dos casos clínicos;

III, acompanhar as visitas do professor e prescrever, na ausência dele, a medicação adequada;

IV, ajudar as operações cirúrgicas, podendo, no impedimento do professor, praticar as operações de urgência e também, por autorização dele, as que não o forem;

V, fazer os curativos e aplicar os aparelhos indicados pelo professor;

VI, organizar o arquivo do serviço clínico da cadeira e a estatística do mesmo;

VII, comparecer de tarde ás enfermarias acompanhado dos internos, afim de observar ~~xxxx~~ si as prescrições ordenadas se cumpriram e prestar cuidados aos doentes depois da visita do professor;

VIII, comparecer ao serviço nos domingos, feriados e dias santificados, e a qualquer hora em que para isso forem solicitados.

Art. 164. Nos periodos de exames e de provas parciais os assistentes serão obrigados a permanecer no serviço durante a execução dos mesmos.

Art. 165. Nas épocas regulamentares os assistentes poderão gozar férias, alternativamente, de acôrdo com a escla organizada pelo professor catedrático e aprovada pelo Diretor.

Art. 166, Aos internos incumbe:

I, comparecer diariamente ao serviço, á hora marcada pelo professor, e cumprir as determinações deste, do chefe de clínica e dos demais assistentes;

II, visitar á tarde o serviço clínico, cumprindo as instruções recebidas;

III, fazer vigília aos operados, ás parturientes e aos doentes em estado grave, a qualquer hora do dia ou da noite, quando lhes fôr determinado.

Art. 167. O profissional contratado cumprirá todas as determinações constantes das clausulas de seu contrato e as que lhe forem ordenadas pelo Diretor, ou pelo professor.

Art. 168. Os conservadores, que desempenharem funções de natureza técnica, ficam subordinados aos respectivos professores, competindo-lhes:

- I, comparecer diariamente ao laboratório;
- II, verificar a quantidade do material fornecido ao laboratório;
- III, ter sob sua guarda e responsabilidade o material técnico-científico do mesmo;
- IV, cuidar da conservação dos aparelhos, das drogas e dos reativos;
- V, trazer em dia, em livro rubricado pelo Diretor, a relação de material do laboratório, registrando os novos pedidos e as datas das respectivas entradas;
- VI, verificar a quantidade de reagentes gastos nos cursos equiparados e livres, quando feitos nas dependências da cadeira, bem como a depreciação e inutilização do material usado, informando ao chefe de laboratório para que este providencie de acordo com as normas adotadas pela administração;
- VII, prevenir o chefe de laboratório de todas as irregularidades observadas;
- VIII, proceder no fim do ano letivo ao inventário do material existente e gasto no laboratório;
- IX, responder pelos objetos que desaparecerem ou se estragarem por negligência, assim como por todas as perdas e danos ocorridos, si não denunciar a tempo o seu autor ou a ocorrência deles;
- X, fiscalizar o serviço dos serventes, sendo responsável pelo asseio do laboratório;
- XI, acompanhar a marcha das operações no laboratório e verificar o funcionamento dos aparelhos fora das horas de aula;
- XII, verificar si, findos os trabalhos do dia, as salas e os laboratórios confiados a sua guarda estão nas necessárias condições de segurança;
- XIII, cumprir as demais ordens especiais do professor catedrático e do chefe de laboratório.

Parágrafo unico. Ao conservador destacado na biblioteca incumbe as atribuições referidas neste artigo, no que lhe forem applicaveis.

Art. 169. Aos monitores, ou auxiliares academicos, bem como aos auxiliares tecnicos incumbira o cumprimento das determinações de professor, ou de funcionario encarregado pelo catedrático de superintender os trabalhos a elles distribuidos.

Art. 170. Ao conservador, ao modelador, ao desenhista e respectivos auxiliares do Museu anatomo-patologico, os quais ficarão subordinados ao professor catedrático de Anatomia e Fisiologia patologicas, compete:

I, zelar pela boa conservação de todas as peças, fotograficas, desenhos e aguarelas existentes no Museu;

II, preparar novas peças, desenhos e aguarelas, de acordo com as instruções que lhe forem dadas.

Parágrafo unico. Todos esses funcionarios deverão concorrer para a organização do catalogo do Museu, a cargo do desenhista.

Art. 171. Aos fotografes incumbirá o preparo das fotografias e diapositivos necessarios as demonstrações nos diferentes cursos normais, depois de, para isso, autorizado pelo Diretor.

Art. 172. Quando fôr conveniente aos interesses do ensino, o Diretor determinará a qualquer dos funcionários referidos nos arts. 170 e 171 a permanência, por prazo prefixado, junto a cadeira em que os seus serviços se tornem necessários.

Art. 173. Os chefes de laboratório, os chefes de clínica, os assistentes, os internos, os auxiliares técnicos e os monitores ou auxiliares acadêmicos serão nomeados pelo Diretor mediante proposta do professor catedrático e autorização do Conselho técnico-administrativo.

Art. 174. Os auxiliares técnicos serão nomeados pelo Diretor, devidamente autorizado pelo Conselho técnico-administrativo, que julgará da oportunidade das nomeações.

§ 1º Nenhum dos auxiliares compreendidos neste artigo será nomeado sem que demonstre previamente a sua idoneidade moral, sanidade e competência técnica, necessárias ao exercício do cargo, nem será demitido sem que o solicite ou cometa alta grave, que justifique tal punição.

§ 2º Para verificação da capacidade dos auxiliares a que este artigo se refere, o Conselho técnico-administrativo organizara, em cada caso occorrente, as instruções para o concurso que devera preceder a nomeação.

CAPÍTULO IV

PROFESSORES CONTRATADOS

Art. 175. Os professores contratados poderão ser incumbidos da regência, por tempo determinado, do ensino de qualquer disciplina da Faculdade, da cooperação com o professor catedrático no ensino normal da cadeira, da realização dos cursos de aperfeiçoamento e de especialização, ou ainda da execução e direção de pesquisas científicas.

§ 1º O contrato de professores, nacionais ou estrangeiros, será proposto ao Conselho Universitário pelo Conselho técnico-administrativo da Faculdade, mediante justificação ampla das vantagens didáticas que indiquem tal providencia.

§ 2º As atribuições e vantagens conferidas ao professor contratado serão discriminadas nos respectivos contratos.

Art. 176. Quando não se apresentar a concurso de qualquer cadeira da Faculdade ou quando, em concurso, nenhum candidato for indicado pela comissão julgadora, poderá ser contratado para a regência da cadeira, por prazo não superior a cinco anos, profissional brasileiro ou estrangeiro de reconhecida competência, mediante proposta da Congregação e parecer de uma comissão constituída nos termos do art. 130 deste Regulamento.

§ 1º Não poderão ser contratados, nos termos deste artigo, os candidatos inscritos em concurso que não obtiverem indicação da comissão julgadora ou cuja indicação for recusada pela Congregação;

§ 2º Antes de expirar o prazo do contrato, de que trata este artigo, e com a antecedencia prevista no paragrafo unico de art. 121, será aberto novo concurso.

~~TÍTULO VII~~

Art. 177. Enquanto não forem organizadas Faculdades autônomas para o ensino da Farmácia e da Odontologia, os cursos oficiais serão realizados em escolas anexas à Faculdade de Medicina.

Parágrafo único. As escolas de que trata este artigo obedecerão aos dispositivos regulamentares da Faculdade de Medicina que lhes forem aplicáveis, devendo ter cada uma delas o seu regimento interno e reunindo-se, sempre que necessário, os respectivos professores em Conselho, sob a presidência do Diretor da Faculdade.

ESCOLA DE FARMACIA

Art. 178. O ensino da Farmacia tem por fim ministrar os conhecimentos necessarios ao exercicio legal e eficiente da profissao de farmaceutico.

Paragrafo unico. No ensino de que trata este artigo, sera atendida o objetivo primordial de fundamentar, em cultura cientifica o tirocinio tecnico suficiente, a pratica da respectiva profissao.

Art. 179. O ensino da Farmacia compreendera as seguintes disciplinas:

- I, Fisica aplicada a Farmacia;
- II, Quimica organica e biologica;
- III, Botanica aplicada a Farmacia;
- IV, Zoologia e Parasitologia;
- V, Microbiologia;
- VI, Quimica analitica;
- VII, Farmacognosia;
- VIII, Farmacia galenica;
- IX, Quimica toxicologica e bromatologica;
- X, Farmacia quimica;
- XI, Quimica industrial farmaceutica;
- XII, Higiene e Legislaao farmaceutica;

Art. 180. As disciplinas referidas no artigo anterior serao ensinadas de acordo com a seguinte seriacao:

Primeiro ano

- a) Fisica aplicada a Farmacia,
- b) Quimica organica e biologica,
- c) Botanica aplicada a Farmacia,
- d) Zoologia e parasitologia;

Segundo ano

- a) Microbiologia,
- b) Quimica analitica,
- c) Farmacognosia,
- d) Farmacia galenica;

Terceiro ano

- a) Quimica toxicologica e bromatologica,

- b) Farmacia quimica,
- c) Quimica industrial farmaceutica,
- d) Higiene e Legislação farmaceutica.

Art. 181. Os candidatos á matrícula no curso de Farmacia, deverão apresentar certificado de aprovação no curso ginasial, com a respectiva adaptação didatica, e, ainda, satisfazer as demais exigencias para a inscrição na Faculdade de Medicina.

Paragrafo unico. Enquanto for exigido exame vestibular, os candidatos ao curso de Farmacia deverão satisfazer as condições estabelecidas para a matrícula inicial no curso medico.

Art. 182. Serão applicaveis ao ensino da Farmacia as disposições gerais de organização didatica, matrículas subsequentes, transferencias, regime escolar e disciplinar, provas parciais e exame final instituidos neste Regulamento para o ensino da Medicina.

Art. 183. Das disciplinas referidas no art. 179 serão lecionadas por professores privativos da Escola de Farmacia as seguintes: quimica analitica, quimica toxicologica e bromatologica, farmacia galenica, farmacia quimica e farmacognosia, sendo as demais regidas por professores catedraticos ou docentes livres da Faculdade de Medicina.

Art. 184. Os farmaceuticos, diplomados por universidades ou institutos de ensino superior de países estrangeiros, que desejarem habilitar-se para o exercicio profissional no Brasil, deverão requerer a revalidação dos respectivos diplomas ou titulos ao Diretor da Faculdade de Medicina, apresentando os documentos discriminados no art. 99 deste Regulamento.

§ 1º Aceitos os documentos a que se refere este artigo, o candidato deverá cursar o 2º e o 3º ano do curso de Farmacia, de acordo com o regime didatico e escolar estabelecido para os estudantes, ou requerer a prestação de exames finais das disciplinas dos referidos anos, independente de estagio e frequencia nos cursos normais, em uma so epoca ou em epocas sucessivas.

§ 2º No caso de preferir o candidato prestar os exames, independentemente de frequencia, pagará as mesmas taxas.

§ 3º A inscrição em exame, em qualquer caso, só será realizadas depois de atendidas todas as exigencias regulamentares.

CAPÍTULO II

ESCOLA DE ODONTOLOGIA

Art. 185. O ensino da Odontologia tem por fim ministrar conhecimentos técnicos e científicos necessários ao exercício legal e eficiente da profissão de cirurgião-dentista.

Art. 186. O ensino da Odontologia compreenderá as seguintes disciplinas:

- I, Anatomia;
- II, Histologia e Microbiologia;
- III, Fisiologia.
- IV, Metalurgia e Química aplicadas;
- V, Técnica odontológica;

- VI, Clínica odontológica (1ª e 2ª partes);
- VII, Protese;
- VIII, Protese buco-facial;
- IX, Patologia e Terapeutica aplicadas;
- X, Ortodontia e Odontopediatria;
- XI, Higiene e Odontologia legal.

Art. 187. As disciplinas referidas no artigo anterior serão distribuídas de acordo com a seguinte seriação:

Primeiro ano

- a) Anatomia,
- b) Histologia e Microbiologia,
- c) Fisiologia;
- d) Metalurgia e Química aplicadas;

Segundo ano

- a) Técnica odontológica,
- b) Clínica odontológica (1ª parte),
- c) Protese,
- d) Higiene e Odontologia legal;

Terceiro ano

- a) Clínica odontológica (2ª parte),
- b) Patologia e Terapeutica aplicadas,
- c) Ortodontia e Odontopediatria,
- d) Protese buco-facial.

Art. 188. Os candidatos á matrícula no curso de Odontologia deverão apresentar certificado de aprovação no curso ginasial, com adaptação didática ao curso respectivo, e, ainda, preencher as demais condições exigidas para a inscrição na Faculdade de Medicina.

Paragrafo unico. Enquanto for exigido exame vestibular, os candidatos ao curso de Odontologia deverão satisfazer as condições estabelecidas para a matrícula inicial no curso medico.

Art. 189. Aplicam-se, igualmente, ao ensino da Odontologia as disposições gerais da organização didática, matrículas subsequentes, transferências, regime escolar e disciplinar, provas parciais e exame final, instituídas neste Regulamento para o ensino da Medicina.

Art. 190. Das disciplinas referidas no art. 186 serão lecionadas por professores privativos da Escola de Odontologia as seguintes: metalurgia e química aplicadas, patologia e terapeutica aplicadas, tecnica odontologica, clinica odontologica, ortodontia e odontopediatria, protese e protese buco-facial, sendo as demais lecionadas por professores ou docentes livres da Faculdade de Medicina.

Art. 191. O cirurgião-dentista, diplomado por universidade ou instituto de ensino superior de país estrangeiro, que desejar habilitar-se para o exercicio profissional no Brasil, devera requerer a revalidação do respectivo diploma ou titulo, juntando os documentos discriminados no art. 99 deste Regulamento.

48

§ 1º Aceitos os documentos a que se refere este artigo, o candidato deverá cursar o 2º e o 3º ano do curso de Odontologia, de acordo com o regime didático e escolar estabelecido para os estudantes, ou requerer a prestação de exames finais das disciplinas dos referidos anos, independente de estágio e frequência nos cursos normais, numa só época ou em épocas sucessivas.

§ 2º No caso de preferir o candidato prestar os exames, independente - mente de frequência, pagará as mesmas taxas.

§ 3º A inscrição em exames, em qualquer caso, só será realizada depois de satisfeitas todas as exigências regulamentares.

*Resolução do Conselho de Dep. de 1954
n.º 11*

CAPITULO III

CURSO DE HIGIENE E SAUDE PUBLICA

Art. 192. Enquanto não se organizar a Escola de Higiene e Saúde Pública, funcionara como dependencia da Faculdade de Medicina da Universidade de Rio de Janeiro o Curso de Higiene e Saúde Pública, o qual visara a especificação dos medicos que se destinem as funções sanitarias e dos que nelas ja se acham investidos.

Paragrafo unico. Aos profissionais, que obtiverem o certificado de conclusão do Curso de Higiene e Saúde Pública, sera assegurado o direito de preferencia absoluta para o provimento nos cargos federais de função sanitaria, efetivos, interinos, contratados ou em comissão, excetuados os que exijam competencia especializada e também os de diretores de serviço, cujo provimento dependa de confiança do Governo.

Art. 193. O Curso de Higiene e Saúde Pública compreenderá o ensino das seguintes disciplinas:

- I, Estatística sanitaria;
- II, Saneamento urbano e rural;
- III, Epidemiologia e profilaxia das doenças contagiosas;
- IV, Epidemiologia e profilaxia especializadas (incluindo tuberculose, lepra, doenças venereas, febre amarela, peste bobenica, malária, uncinariose e outras endemias rurais);
- V, Fisiologia aplicada á Higiene;
- VI, Higiene alimentar;
- VII, Higiene industrial;
- VIII, Higiene infantil (incluindo a higiene pre-natal, pre-escolar e escolar, bem como a higiene mental);
- IX, Organização e administração sanitárias.

Art. 194. O Diretor do Curso será o professor catedrático de Higiene da Faculdade de Medicina.

Paragrafo unico. Na sua falta, a direção do Curso será confiada a profissional de reconhecida competencia designado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, ouvido o Conselho tecnico-administrativo da Faculdade.

Art. 195. Os professores do Curso serão designados em comissão, por dois anos, pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, mediante proposta do Conselho tecnico-administrativo da Faculdade, e poderão ser escolhidos entre tecnicos nacionais ou estrangeiros.

Art. 196. A distribuição das matérias, nos diferentes períodos, obedecerá a seguinte seriação:

Primeiro trimestre

- a) Estatística sanitária,
- b) Saneamento urbano e rural;
- c)

Segundo trimestre

- a) Epidemiologia e profilaxia das doenças contagiosas,
- b) Fisiologia aplicada a higiene;

Terceiro trimestre

- a) Higiene alimentar,
- b) Higiene infantil,
- c) Higiene industrial;

Quarto trimestre

- a) Epidemiologia e profilaxia especializadas,
- b) Organização e administração sanitárias.

§ 1º A seriação anterior poderá ser alterada, por ocasião da renovação do contrato dos professores, mediante proposta do diretor do Curso e aprovação do Conselho técnico-administrativo da Faculdade de Medicina.

§ 2º A medida que o permitir a dotação orçamentária, além do curso fundamental de qualquer matéria, comum aos ~~graduandos~~ candidatos ao curso completo de higiene e saúde pública, serão organizados cursos de especialização que darão direito aos certificados correspondentes.

§ 3º Além dos conferencistas a que se refere o art. 2º, o professor de qualquer matéria do Curso de especialização poderá convidar livremente para a exposição de determinados assuntos do programa, a profissionais especializados de reconhecida competência, a título gracioso ou mediante remuneração que lhes for arbitrada pelo diretor do Curso, ouvido o Conselho técnico-administrativo.

§ 4º Durante o desenvolvimento do programa de cada qual das matérias, ~~serão~~ caberá ao diretor do Curso, em uma ou mais conferências, salientar as relações recíprocas dos diferentes domínios da atividade do higienista.

Art. 197. A matrícula no Curso de especialização poderá visar a frequência de todos os cursos normais de que o mesmo se compõe, ou poderá ter por objetivo a especialização em algumas disciplinas dos ramos sanitários, respeitada a seriação do artigo anterior.

Art. 198. Só poderão ser admitidos á matrícula os candidatos que provarem ter sido diplomados em medicina, por Faculdades oficiais ou oficialmente reconhecidas, e apresentarem o diploma do Curso de aplicação do Instituto Oswaldo Cruz. (Art. 77 do regulamento expedido pelo decreto numero 20.043, de 27 de maio de 1931).

§ 1º O candidato que se propuser ao estudo de determinadas matérias e não ao curso completo de especialização em higiene e saúde pública, a juízo do Conselho técnico-administrativo, poderá ser dispensado da apresentação do certificado de que trata este artigo.

§ 2º A exigência de certificado acima referido ao candidato ao curso completo de especialização será dispensada quando for organizada, como unidade didática completa, a Escola de Higiene e Saúde Pública.

Art. 199. Em nenhum curso a matrícula poderá exceder o número de 25 alunos. Si se apresentarem a matrícula mais de 25 candidatos, o diretor do Curso de especialização, fará uma seleção baseando-se em títulos, funções desempenhadas, trabalhos escritos ou em qualquer prova de competência que julgar necessária.

Art. 200. Si, após a matrícula, demonstrar o aluno incapacidade ou indiferença pelos estudos, ou conduzir-se de maneira reprovável, a sua eliminação do corpo discente será feita pelo diretor do Curso, mediante proposta de qualquer dos seus professores.

Art. 201. No começo de cada ano letivo, o diretor do Curso de especialização, ouvidos os diferentes professores, organizará o orçamento das despesas a serem feitas e contratara o pessoal administrativo necessário, sem pre dentro da verba consignada na lei da despesa, submetendo o que deliberar ao Conselho técnico-administrativo da Faculdade de Medicina.

Art. 202. Nas mesmas condições do artigo anterior, o diretor do Curso organizará o programa do ano letivo, o qual será publicado com os nomes dos professores, assistentes e conferencistas e com os detalhes dos respectivos cursos.

Paragrafo unico. A inscrição no Curso de Higiene e Saúde Pública será feita no decurso do mes de outubro e cabera ao Conselho técnico-administrativo da Faculdade fixar a data de início das aulas.

Art. 203. O Diretor da Faculdade de Medicina, de acôrdo com o diretor do Curso, providenciara para a instalação deste em locais apropriados, aproveitando instalações da Faculdade ou de outros institutos de ensino superior.

Paragrafo unico. Quando for julgado conveniente pelo Conselho técnico-administrativo, o ensino de determinadas materias em outros estabelecimentos ou institutos, o mesmo Conselho providenciara junto ao Conselho Universitario no sentido de investir aqueles estabelecimentos ou institutos de mandato universitario.

Art. 204. A verificação da habilitação dos alunos, em qualquer periodo letivo, será feita pelo certificado de frequencia e estagio e, de acôrdo com a natureza da materia, por uma prova parcial e exame final ou por meio de exercicios praticos e exame final.

§ 1º Em qualquer caso, para a inscrição em exame final será necessário que o certificado de frequencia e de estagio não registre menos de 3/4 de presença as aulas praticas e de 2/3 as aulas teoricas e que seja, no minimo, cinco a nota de prova parcial ou a media das notas de exercicios praticos. Constará de prova escrita e prova oral ou de prova escrita e prova pratico-oral.

§ 3º Para a promoção ao periodo subsequente deverá ser, no minimo cinco a media das provas de exame.

§ 4º Serão extensivas ao Curso de especialização, para a inscrição nos periodos posteriores ao primeiro, as disposições dos paragrafos 1º e 2º do art. 77 deste Regulamento, atendidas as seguintes restrições: a frequencia do Curso de Epidemiologia e profilaxia das doencas contagiosas e a dos Cursos de Higiene industrial e Higiene infantil dependerão de aprovação previa, respectivamente, em Estatística sanitaria e em Fisiologia aplicada a Higiene.

Art. 205. As mesas examinadoras serão constituídas pelo diretor do Curso, como presidente, pelo professor da matéria e por outro professor designado pelo diretor.

Art. 206. Os professores e assistentes serão remunerados por hora de trabalho, devendo ser computadas para esse fim tão somente aquelas em que permaneceram nas aulas teóricas ou práticas.

§ 1º Nas visitas e excursões, que não excederem de um dia, será arbitrada a diária de 30\$000 ao professor e a de 20\$000 ao assistente e, excedendo, respectivamente, as de 50\$000 e 30\$000.

§ 2º A remuneração por lições, visitas e excursões não poderá exceder o limite máximo de 1: 600\$000 para o professor e de 900\$000 para o assistente.

§ 3º Ao diretor do Curso caberá a gratificação mensal de 500\$000.

Art. 207. Aos alunos que concluírem o Curso de Higiene e Saúde Pública, satisfazendo todas as exigências deste Regulamento, será expedido o certificado correspondente, e os que frequentarem e obtiverem aprovação em uma ou mais das matérias do Curso terão direito ao respectivo atestado de frequência e aprovação.

CAPITULO IV

CURSO DE PERICIA MÉDICO-LEGAL

Art. 208. Para o maior desenvolvimento do ensino médico-legal, e no intuito de formar especialistas para todo o País, será realizado acordo entre o Ministério da Educação e Saúde Pública e o de Interior e Justiça, no sentido de que o professor da cadeira de Medicina Legal da Faculdade seja o diretor do Instituto Médico-Legal.

Art. 209. O professor de Medicina Legal será o diretor do respectivo curso de especialização, denominado "Curso de pericia medico-legal".

§ 1º Os profissionais encarregados da execução do Curso, de que trata este artigo, serão designados pelo Conselho técnico-administrativo, ouvido o diretor do Curso, podendo essa designação recair em professores, docentes livres e auxiliares de ensino da Faculdade e também nos técnicos do Instituto Médico-Legal.

§ 2º Os programas deste Curso serão organizados pelo professor da cadeira, de acordo com os encarregados do Curso, e aprovados pelo Conselho técnico-administrativo.

§ 3º Só serão admitidos à matrícula médicos e alunos de 6º ano da Faculdade, que apresentarem certificados de cursos de aperfeiçoamento ou de especialização de Química toxicológica, Anatomia e Fisiologia patológicas, Clínica psiquiátrica e Clínica obstétrica.

§ 4º As condições de funcionamento do Curso de pericia médico-legal serão reguladas no Regimento interno da Faculdade e em instruções do Conselho técnico-administrativo.

§ 5º Serão extensivos a este Curso, no que lhe forem aplicáveis, todos os dispositivos do Curso de especialização em higiene e saúde pública.

Art. 210. O certificado do Curso de pericia médico-legal confere o direito de preferência absoluta para o provimento nos cargos federais, interinos, ou efetivos, da especialidade e para a designação de perito judiciário.

CAPITULO V

CURSO DE ENFERMIDADE OBSTETRICA

Art. 211. Anexo á cadeira de Clínica obstetrica será organizado, na Faculdade de Medicina, o "Curso de enfermagem obstetrica", destinado a habilitação de enfermeiras especializadas.

Paragrafo unico. O Curso de que trata este artigo terá a duração de dois anos, de acordo com a seguinte discriminação:

Primeiro ano

- a) Noções gerais de anatomia e de fisiologia — Noções de anatomia e de fisiologia do aparelho genital feminino,
- b) Obstetricia normal,
- c) Prática de enfermagem;

Segundo ano

- a) Noções de puericultura — Cuidados ao recém-nascido — Cozinha dietetica,
- b) Prática de enfermagem,
- c) Cuidados domiciliares referentes á clínica obstetrica e á higiene pre natal.

Art. 212. Para admissão ao Curso de enfermagem obstetrica será exigido das candidatas:

- a) prova de maioridade;
- b) prova de sanidade e de idoneidade moral;
- c) certificado de curso completo das escolas primarias do Distrito Federal, ou de habilitação em estudos equivalentes;
- d) exame vestibular, quando não seja atendida a exigencia da alinea anterior.

Art. 213. O professor de Clínica obstetrica organizará o programa do Curso de enfermagem obstetrica, que devera ser aprovado pelo Conselho tecnico-administrativo.

Paragrafo unico. Caberá aos auxiliares de ensino da cadeira de Clínica obstetrica, de acordo com indicação do professor e aprovação do Conselho tecnico-administrativo, a realização do Curso.

Art. 214. A habilitação final no Curso de enfermagem obstetrica confere o certificado de "enfermeira obstetrica", e os direitos discriminados no regulamento ~~xxxx~~ do Departamento Nacional de Saude Publica.

TITULO VIII
DO CORPO DISCENTE

CAPITULO I
CONSTITUIÇÃO E DEVERES DO CORPO DISCENTE

Art. 215. Constituem o corpo discente da Faculdade os alunos regularmente matriculados nos seus cursos.

Art. 216. Caberão aos membros do corpo discente os seguintes deveres

e direitos fundamentais:

- I, aplicar a maxima diligencia no aproveitamento do ensino ministrado;
- II, atender aos dispositivos regulamentares no que respeita a organiza-
ção didatica e especialmente a frequencia das aulas e execucao dos trab-
balhos praticos;
- III, observar o regime disciplinar instituido neste Regulamento e no Re-
gimento Interno da Faculdade;
- IV, abster-se de quaisquer atos que possam importar em perturbação da
ordem, ofensa aos bons costumes, desrespeito aos professores e as autori-
dades universitarias e da Faculdade;
- V, contribuir, na esfera de sua ação, para o prestigio sempre crescente
da Universidade e da Faculdade;
- VI, apelar das decisões dos órgãos administrativos para os órgãos da
administração de hierarquia superior;
- VII, comparecer a reunião do Conselho tecnico-administrativo ou do
Conselho Universitario, que tiver de julgar recourse sobre a aplicação
de penas disciplinares;
- VIII, constituir associação de classe para a defesa de interesses ge-
rais e para tornar agradave e educativa a vida da coletividade;
- IX, fazer-se representar, pelo presidente do Diretorio Central de Es-
tudentes, no Conselho Universitario.

Art. 217. O corpo discente da Faculdade deverá organizar associações,
destinadas a crear e desenvolver o espirito de classe, a defender os in-
teresses gerais dos estudantes e a tornar agradavel e educativo o convi-
vio entre os estudantes da Faculdade.

§ 1º Os estatutos das associações referidas neste artigo serão subme-
tidos ao Conselho tecnico-administrativo, para que sobre eles se manifes-
te, indicando as alterações que forem necessarias.

§ 2º Dêstes estatutos deverá fazer parte o codigo de etica dos estudan-
tes, no qual se prescrevem os compromissos que assumem de stricta proibi-
dade na execucao de todos os trabalhos e provas escolares, de zelo pelo
patrimonio moral e material da Faculdade e de submissao dos interesses in-
dividuais aos da coletividade.

CAPITULO II

DIRETORIO ACADEMICO

Art. 218. Os estudantes, regularmente matriculados nos cursos da Facul-
dade, deverão eleger um diretorio constituido de nove membros, no minimo,
que sera reconhecido pelo Conselho tecnico-administrativo como órgão le-
gitimo da representação, para todos os efeitos, no corpo discente da Facul-
dade.

§ 1º As reuniões dos estudantes, para a realização das eleições de que
trata este artigo, de preferencia deverão ser presididas por um dos membros
do corpo docente da Faculdade, convidado para esse fim.

§ 2º O Diretorio, de que trata este artigo, organizará comissões per-
manentes, constituidas ou não de membros a ele pertencentes, entre as quais
devera compreender as tres seguintes:

- 1ª, comissão de beneficencia e previdencia;
- 2ª, comissão científica;
- 3ª, As atribuições do Diretorio academico, e especialmente de cada uma
de suas comissões, serão discriminadas nos respectivos estatutos, os quais,
para a execucao do disposto no art. 220, deverão ser previamente aprovados
pelo Conselho tecnico-administrativo.

3ª, comissão social.

§ 3º As atribuições do Diretorio academico, e especialmente de cada uma de suas comissoes, serão discriminadas nos respectivos estatutos, es quais, para a execucao de disposto no art. 220, deverão ser previamente aprovados pelo Conselho tecnico-administrativo.

§ 4º Caberá especialmente ao Diretorio a defesa dos interesses do corpo discente, e de cada um dos estudantes em particular, perante os orgaos da direcao tecnico-administrativa da Faculdade.

Art. 219. O Diretorio academico elegerá dois representantes seus no Diretorio Central dos Estudantes, ao qual cabera promover e coordenar a vida social dos estudantes da Universidade de Rio de Janeiro e, ainda, defender os interesses gerais da classe perante as autoridades superiores do ensino e perante os altos poderes da Republica.

Paragrafo unico. As reuniões de Diretorio academico, realizadas para a eleicao dos representantes de que trata este artigo, de preferencia deverão ser presididas por um dos membros do corpo docente, para esse fim especialmente convidado.

Art. 220. Com o fim de estimular as atividades das associações de estudantes, quer em obras de assistencia material ou espiritual, quer ~~em competicoes e exercicios esportivos~~ competicoes e exercicios esportivos, quer em comemorações e iniciativas de carater social reservara o Conselho tecnico-administrativo, ao elaborar o orçamento anual da Faculdade, uma subvenção que não dever-a exceder a importancia das taxas de matricula no 1º ano de curso no ano ~~letivo anterior~~ letivo anterior

§ 1º A importância, a que se refere este artigo, será posta á disposicao do Diretorio academico em valor igual ao com que concorreram as associações ou os estudantes da Faculdade para os mesmos fins.

§ 2º Ambas essas importancias, depositadas na tesouraria da Faculdade, serão escrituradas separadamente, em livro proprio.

§ 3º Os pedidos de numerario e de material feitos pelo Diretorio academico obedecerão as normas gerais admitidas neste Regulamento para as dependencias da Faculdade.

§ 4º O Diretorio academico apresentará ao Conselho tecnico-administrativo, ao termo de cada exercicio, o respectivo balanço, comprovando a applicação da subvenção recebida, bem como a da quota equivalente com que tenha concorrido, sendo vedada a distribuicao de qualquer parcela de nova subvenção antes de aprovado o referido balanço.

CAPÍTULO III

MATRÍCULAS GRATUITAS

Art. 221. Aos estudantes que não puderem satisfazer as taxas escolares para o prosseguimento dos cursos da Faculdade, podera ser autorizada a matricula, independente de pagamento das mesmas, com obrigação, porem, de indenização posterior.

§ 1º Os estudantes beneficiados por esta providencia não poderão ser em numero superior a 10% dos alunos matriculados.

§ 2º As indenizações, de que trata este artigo, serão escrituradas e constituem um compromisso de honra, a ser resgatado, posteriormente, de acordo com os recursos do beneficiado.

§ 3º Para êsse fim será assinado, pelo estudante, um compromisso anual, que ficara arquivado com os documentos relativos ao curso do aluno beneficiado.

§ 4º Caberá ao Directorio academico, antes do inicio do ano letivo, indicar ao Conselho tecnico-administrativo quais os alunos necessitados de auxilio instituido neste artigo, justificando cada caso.

§ 5º Os alunos beneficiados pelo disposto neste artigo, que não obtiverem promoção ao termo do ano letivo do curso, perderão direito a isenção das taxas escolares, ainda que novamente indicados pelo Directorio academico.

TITULO IX

DOS PREMIOS ESCOLARES

Art. 222. A Faculdade conferirá anualmente a estudantes, que concluírem o curso de ciencias medico-cirurgicas, os premios discriminados no seu Regimento Interno.

Art. 223. A concessão de premios escolares obedecerá ás seguintes normas, salvo determinação em contrario estabelecida pelo deador:

- a) As comissões examinadoras de teses, pelo voto da maioria de seus membros, escolherão os trabalhos que, a seu juizo, devam receber premios escolares, instituidos para as respectivas disciplinas.
- b) As teses, assim previamente seleccionadas, serão transmitidas pelo Director da Faculdade ás comissões especiais de premios, eleitas pela Congregação.
- c) As comissões, de que trata a alinea anterior, após exame atento das teses recebidas, emitirão parecer escrito, no qual serão indicados, de modo minucioso, os fundamentos das respectivas conclusões.
- d) Nos pareceres das comissões de premios será indicado á Congregação o nome do candidato que, no seu apreço, deva receber o premio.
- e) A Congregação discutirá, com a mais ampla liberdade, os pareceres levados a seu julgamento definitivo, podendo qualquer dos professores solicitar da comissao elementos que o autorizem a justa decisao.
- f) Atendendo a que os premios escolares devem constituir galardão á atividade escolar, o julgamento das teses obedecerá a rigoroso criterio de justiça, e decidirá do valor absoluto de cada trabalho e não apenas do valor comparativo das diversas teses apresentadas.
- g) Para que haja uniformidade e todo o rigor na decisão das comissões constituem exigencias necessarias a concessão de premios as seguintes: 1ª, a tese devera encerrar contribuição pessoal do autor, seja em pesquisas originaes, em observações clinicas de irrecusavel valor, em inventos de metodos e processos aproveitaveis á pratica da medicina ou á indagação científica, seja em novos conceitos doutrinarios bem fundamentados; 2ª, de modo algum serão premiados trabalhos de mera compilação, nos quais seja nula a participação do autor; 3ª, o trabalho devera estar escrito em bom vernaculo, sem vicios de linguagem que denunciem instrução secundaria deficiente; 4ª, não serão premiados os trabalhos que defendam ou formulem doutrinas subversivas do prestigio da ciencia ou dos bons principios da deontologia medica.
- h) Atendidas as clausulas estabelecidas pelos deadores do premio, não

só as teses de doutoramento, sinão ainda trabalhos avulsos, de real valor, poderão ser apresentados a premios escolares pelos alunos do curso medico.

i) A qualquer aluno que julgar a respectiva tese digna de premio, não tendo sido a mesma assim apreciada pela comissão examinadora, cabera recurso para a Congregação. Neste hipotese sera a tese enyriada a comissão de premio, para opinar e, assim, habilitar a Congregação a decidir.

j) As teses apresentadas durante o ano letivo poderão ser premiadas, uma vez que o respectivo premio não haja sido conferido no fim do ano anterior.

k) O aluno que, havendo concluido o curso, não tenha apresentado tese a defesa e a premio, podera fazê-lo dentro dos dois anos seguintes á ~~terminação~~ terminação de respectivo curso academico.

l) A Congregação, por proposta de qualquer das comissões examinadoras de teses, ou de qualquer dos professores, e mediante parecer escrito que amplamente a esclareça, podera conferir o premio de alto louvor, em diploma especial de pergaminho, a trabalho de notavel valor sobre as ciencias medicas. Este premio representara eleyada distincão escolar e sera conferido ~~excepcionalmente~~ de modo excepcional.

m) A concessão do premio, de que trata a alina anterior, a teses escolares ou a trabalho avulso de raro valor, dependera de parecer de uma comissão de especialistas, eleita pela Congregação.

n) Qualquer dos membros das comissões especiais de premios, que tenha divergido da maioria, podera apresentar parecer em separado, bem fundamentado, afim de que seja o mesmo apreciado pela Congregação.

Art. 224. Quando a concessão de premio, de acôrdo com o respectivo deador, couber ao aluno mais distinto, a contagem dos pontos sera feita pelo Conselho tecnico-administrativo, que indicara a Congregação o estudante que fizer jus a distincão.

TITULO X

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 225. Os serviços da Faculdade ficarão a cargo das seguintes secções, que funcionarão sob a superintendencia geral do Diretor:

- a) Expediente;
- b) Arquivo;
- c) Contabilidade;
- d) Tesouraria;
- e) Almoxarifado;
- f) Portaria;
- g) Biblioteka.

CAPITULO I

PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 226. Os serviços da Faculdade serão executados pelos funcionarios administrativos e pelos serventuarios abaixo discriminados:

- 1 Secretário,

1 Chefe da secção de expediente,
 1 1º Oficial
 1 2º oficial
 4 Terceiros oficiais,
 2 Datilografos,
 1 Protocolista,
 1 Ajudante de protocolista,
 3 Continuos,
 1 Arquivista,
 1 Ajudante de arquivista,
 1 Contador
 1 Ajudante de contador,
 4 Escriurarios,
 1 Tesoureiro,
 1 Fiel de tesoureiro,
 1 Almoxarife,
 1 Ajudante de almoxarife,
 1 Porteiro,
 1 Bibliotecario,
 1 Ajudante de bibliotecario,
 6 Auxiliares da biblioteca,
 21 Conservadores,
 10 Inspetores,
 1 Eletricista
 2 Ajudantes de eletricista.

Mensalistas:

20 Serventes de 1ª classe,
 20 Serventes de 2ª classe,
 20 Serventes de 3ª classe.
 Operarios.

Paragrafo unico. Salvo os funcionarios a que se refere o art. 257, todos os demais ficarão imediatamente subordinados ao Secretario.

Art. 227. A nomeação dos funcionarios administrativos será feita pelo Governo, mediante proposta do Diretor da Faculdade, e a do pessoal mensalista pelo Diretor, em qualquer caso, ouvido o Conselho tecnico-administrativo.

§ 1º O pessoal administrativo da Faculdade perceberá os vencimentos anuais constantes da tabela anexa, sendo considerados dois terços como ordenado e um terço como gratificação.

§ 2º As promoções, aposentação, licença e férias, referentes aos funcionarios administrativos, obedecerão aos dispositivos do Regulamento da Secretaria de Estado do Ministerio da Educação e Saude Publica e serão propostas ou concedidas pelo Diretor da Faculdade, de acordo com o ~~EXXXXX~~ Conselho tecnico-administrativo.

§ 3º Quando não houver, na Faculdade, funcionario que mereça promoção ao cargo vago, a juizo do Conselho tecnico-administrativo, a nomeação recairá sobre pessoa extranha ao quadro, mas que satisfaça as exigencias do § 1º de art. 174 deste Regulamento.

Art. 228. Nenhum funcionario administrativo, de qualquer das secções administrativas da Faculdade e de qualquer categoria, podera abandonar o serviço antes de terminar a hora do expediente sem consentimento do Secretario, ou de seu substituto eventual, ao qual dara os motivos por que precisa retirar-se, afim de que este faça ao Diretor a devida comunicação.

Paragrafo unico. O cumprimento do disposto neste artigo será também exigido dos funcionarios da Biblioteca, cabendo ao Bibliotecario, ou ao seu substituto eventual, inteirar-se dos motivos e conceder permissão para o afastamento do serviço antes de terminada a hora do expediente.

CAPITULO II

EXPEDIENTE

Art. 229. A seção de expediente, que funcionará sob a fiscalização direta do Secretário, ficará afetos os serviços de expediente e protocolo da Faculdade, competindo-lhe:

I, receber, abrir, protocolar e distribuir todos os papéis entrados;

II, informar, por escrito, os requerimentos que tiverem de ser ~~submetidos~~ submetidos a despacho do Diretor, ou ao Conselho técnico-administrativo ou a Congregação;

III, preparar a correspondência oficial, certidões, acordos e contratos, bem como editais e avisos de convocação da Congregação;

IV, preparar o expediente relativo a nomeações, demissões, aposentação, licença e posse do corpo docente e do pessoal administrativo;

V, organizar e manter em dia os assentamentos dos professores, docentes livres, auxiliares de ensino, funcionários administrativos e estudantes;

VI, organizar as folhas de presença do corpo docente e do pessoal administrativo, remetendo-as a Contabilidade;

VII, prestar á Contabilidade, diariamente, os informes necessários á execução dos serviços a ela afetos;

VIII, autuar, no fim de cada ano, os avisos e ordens do Governo e das autoridades superiores de ensino, as minutas dos editais, das portarias do Diretor e dos ofícios por ele expedidos;

IX, escriturar em livros ou fichas todo o serviço interno, tendo para esse fim os livros e fichários necessários.

Paragrafo unico. Para a execução dos serviços enumerados neste artigo, o Secretário distribuirá os funcionários sob sua dependencia, de acordo com o Diretor.

Art. 230. O cargo de Secretário só poderá ser exercido por médico.

Art. 231. Ao Secretário compete:

I, dirigir e fiscalizar os serviços da seção de expediente e auxiliar o Diretor na superintendencia dos demais serviços administrativos;

II, exercer a polícia administrativa, não só no recinto da Secretaria fazendo retirar os que perturbarem a boa ordem dos trabalhos, como, em geral, em todo o edificio da Faculdade e suas dependencias, fiscalizando os serviços de todos os funcionários, afim de dar circunstanciadas informações ao Diretor;

III, providenciar sobre o asseio do edificio e inspecionar os serviços da Portaria, tendo sempre em atenção a natureza e qualidade dos trabalhos e as categorias dos respectivos serventuários;

IV, lavrar os termos de posse dos professores, auxiliares de ensino e funcionários administrativos;

V, abrir e encerrar, assinando-os com o Diretor, todos os termos referentes a concursos, defesas de teses e colocação de graus, bem como as inscrições para matrícula de alunos e exames;

VI, comparecer ás sessões da Congregação e do Conselho técnico-administrativo, cujas atas lavrará para a devida leitura na ocasião oportuna;

VII, prestar nas sessões do Conselho técnico-administrativo e da Congregação as informações que lhe forem pedidas, para o que o Diretor ~~podrá~~ podera conceder-lhe a palavra, quando julgar conveniente, não lhe sendo permitido, entretanto, discutir nem votar;

VIII, encarregar-se de toda a correspondencia da Faculdade, que não for da exclusiva competencia do Diretor;

IX, organizar os dados e documentos necessarios ao relatorio do Diretor;

X, autenticar as certidões requeridas, que forem autorizadas pelo Diretor;

XI, cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor;

XII, exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimento Interno.

Paragrafo unico. Os atos do Secretário ficam sob a imediata inspeção do Diretor.

Art. 232. Ao Chefe da secção de expediente compete:

I, orientar e promover todos os trabalhos da secção, submetendo ao Secretário o expediente já informado ou preparado;

II, distribuir pelos funcionarios da secção os trabalhos que lhe competirem nos termos deste Regulamento ou de acordo com as determinações do Secretário;

III, legalizar e autenticar as cópias e os documentos que devam ser expedidos pela secção, depois de conferidos;

IV, manter em dia os livros de registo da secção e classificação das minutas de officios, portarias, avisos, editais e contratos;

V, propor ao Secretário as providencias que julgar acertadas sobre a organização dos serviços da secção;

VI, propôr ao Secretário a remessa de papeis findos para o arquivo;

VII, cumprir e fazer cumprir as determinações do secretario.

Art. 233. Aos officiais compete:

I, executar os trabalhos que lhes forem distribuidos, informando os respectivos processos, quando necessario ao esclarecimento dos assuntos em estudo;

II, manter cooperação reciproca no estudo dos papeis, prestando uns aos outros informações e esclarecimentos.

Art. 234. Aos Datilografos compete:

I, executar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem distribuidos, mantendo-os em sigilo;

II, colaborar nos demais trabalhos da secção, sempre que isso ~~se~~ se tornar necessario.

Art. 235. Ao Protocolista incumbe receber e registrar todos os papeis remetidos a Faculdade, observando rigorosa ordem no registro de entrada e fornecendo as partes o respectivo recibo de entrega.

Paragrafo unico. Ao Ajudante de protocolista cabe auxiliar o protocolista no desempenho de suas funções e substituí-lo nas suas faltas eventuais.

Art. 236. A cada um dos Continuos compete:

I, cumprir as ordens da autoridade superior de que imediatamente dependa e dos demais funcionarios da secção;

II, encaminhar as partes aos gabinetes do Diretor e do Secretário, ou ao Protocolo, observando para isso as instruções recebidas;

III, receber e transmitir aos gabinetes a que servir quaisquer papeis, cartas, cartões ou recados que as partes lhe confiarem;

IV, não despachar as partes sem previamente ouvir o funcionario a quem cumprir atende-las;

V, zelar pelo asseio e a boa ordem das dependencias a seu cargo e pela conservação dos moveis, livres e mais objetos de serviço;

VI, levar ao conhecimento da autoridade superior qualquer ocorrencia que depender de providencia de sua parte.

Art. 237. Aos Inspetores incumbe:

I, diligenciar para que se mantenham com asseio e ordem as secções para que forem destacados, tratando sempre com urbanidade os estudantes e os funcionarios a que tiverem de dirigir-se;

II, comunicar no mesmo dia ao Secretário as irregularidades que ocorrerem, embora tenham sido imediatamente removidas;

III, cumprir as determinações dos professores das secções em que servirem, quando não colidam com as ordens de serviço recebidas, caso em que deverão explicar os motivos pelos quais não as podem cumprir;

IV, distribuir regularmente os livros de ponto aos professores e fiscalizar o ponto dos funcionarios que tiverem de assinar o livro entregue a sua guarda;

V, encarregar-se do movimento dos papeis relativos ás provas parciais e aos exames finais.

Art. 238. Ao Eletricista e aos Ajudantes de eletricista competem a fiscalização das instalações, o exame dos aparelhos eletricos e a execução dos concertos que numas e neutres se tornem preciso.

Art. 239. Os serventes e os operarios cumprirão as determinações de serviços que lhes fizerem os professores e funcionarios a cujas ordens servirem, devendo, além disso, concorrer para que se mantenham com ordem e asseio as dependencias do edificio em que estiverem destacados.

Paragrafo unico. O Diretor expedirá, para regularização desses deveres, as instruções convenientes.

CAPITULO III

ARQUIVO

Art. 240. O Arquivo será destinado á guarda e á conservação dos

papeis e documentos findos, competindo ao Arquivista:

I, organizar sistematicamente a catalogação de que estiver sob sua guarda, de modo que com rapidez se encontrem os documentos procurados;

II, informar a parte que lhe couber nas certidões que devam ser expedidas pela Secretaria;

III, cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor e do Secretario;

IV, exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimento Interno.

Paragrafo unico. Ao Ajudante de arquivista caberá cumprir as determinações que lhe forem feitas pelo Arquivista e substituí-lo nas suas faltas eventuais.

CAPITULO IV CONTABILIDADE

Art. 241. A Contabilidade, sob a direção do Contador, caberá:

I, organizar a escrituração da Faculdade pelo metodo das partidas dobradas e de acôrdo com a legislação em vigor;

II, manter em dia e boa ordem a escrita relativa á arrecadação de taxas e de quaisquer outras fontes de renda;

III, examinar e processar as contas de fornecimentos;

IV, expedir as guias de pagamento e de arrecadação, de acôrdo com os dispositivos regulamentares e as instruções do Diretor;

V, apresentar quinzenalmente ao Diretor o balancete relativo ao movimento da Tesouraria e do Almoxarifado;

VI, organizar, mensalmente, as folhas de pagamento do corpo docente e do pessoal administrativo;

VII, organizar a proposta orçamentária anual, com as necessarias tabelas explicativas;

VIII, organizar os processos de concorrência para a aquisição de material ou execução de obras, de acôrdo com os pedidos feitos pelo Almoxarifado ou com as necessidades occorrentes, depois de devidamente autorizadas pelo Diretor;

IX, verificar si as compras de material são feitas de acôrdo com os dispositivos legais e os interesses da economia interna da Faculdade.

Art. 242. O Contador responderá pela fiel execução de disposto no artigo anterior, competindo-lhe ainda:

I, orientar, fiscalizar e promover os trabalhos da secção, autenticando as copias, guias, folhas, faturas e demais documentos que devam ser expedidos;

II, distribuir pelos funcionarios da secção os serviços que lhe competirem;

III, ter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos da escrituração em andamento, bem como os relativos a exercicios passados frequentemente consultados;

IV, propor a remessa para o Arquivo de livros, documentos e papeis findos;

V, proceder, anualmente, com a colonoração dos respectivos responsa - veis, o inventario e a avaliação dos bens existentes nas dependencias da Faculdade;

VI, cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor e do Secretário;

VII, exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimen to Interno.

Art. 243. Ao Ajudante de contador competirá auxiliar o Contador no que lhe for por este determinado para o bom andamento dos serviços da secção, e substituí-lo na suas faltas eventuais.

Art. 244. Aos Escriurarios competirá executar os trabalhos de escri - turação e contabilidade que lhe forem distribuidos, informando os respec - tivos processos quando isso se fizer necessario ao esclarecimento dos as - sntes.

CAPITULO V TESOURARIA

Art. 245. A^a Tesouraria caberá:

I, a arrecadação da renda da Faculdade;

II, a guarda e a responsabilidade das quantias arrecadadas e dos adean - tamentos que forem feitos a Faculdade;

III, o pagamento das despesas autorizadas per conta da renda e dos ade - antamentos;

IV, a remessa diaria á secção de Contabilidade do boletim relativo ao mo - vimento de caixa;

V, a prestação de contas dos adeantamentos recebidos e das rendas arre - cadadas, bem como a remessa á secção de Contabilidade dos documentos e da - dos necessarios a escrituração da Faculdade.

Art. 246. O Tesoureiro é o responsavel pelo dinheiro e pelos valores confiados a sua guarda, competindo-lhe executar as disposições do artigo anterior e ainda:

I, manter em dia a escrituração da Tesouraria;

II, recolher ao Banco do Brasil, o saldo diario existente, deixando ape - nas em caixa a importancia necessaria a pagamentos urgentes;

III, exigir, para o recolhimento de qualquer importancia, uma guia passa - da pela Contabilidade;

IV, impedir que se efetue qualquer pagamento sem ordem escrita do Diretor ou sem o visto dessa autoridade nas folhas de pagamento e nas contas de for - necimentos;

V, exigir que os cheques, para retiradas, estejam assinados e visados pelo Diretor;

VI, cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor e do Secretário;

VII, exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regi - mento Interno.

Art. 247. O Tesoureiro prestará fiança de 10 contos de réis no Tesouro Nacional, em apolices da dívida publica, antes de ser empossado.

Paragrafo unico. O Fiel de tesoureiro, de nomeação do Diretor, será indica - do pelo Tesoureiro.

CAPITULO VI

ALMOXARIFADO

Art. 248. Ao Almojarifado competirá;

I, receber o material que fôr adquirido, fiscalizando, na entrada, a sua qualidade e quantidade bem quaisquer outras condições preestabelecidas;

II, zelar pela fiel execução dos contratos de fornecimentos, comunicando imediatamente ao Secretário as irregularidades ocorrentes e propondo as medidas que se fizerem necessarias;

III, realizar as aquisições de material que forem autorizadas;

IV, manter em depósito o material recebido, classificando-o por especie de modo que se possam efetuar com rapidez os suprimentos requisitados;

V, zelar pela conservação do material em depósito;

VI, fornecer o material necessario aos serviços da Faculdade, mediante requisição autorizada pelo Diretor e recebe dos funcionarios aos quais forem entregues.

Art. 249. Ao Almojarife compete executar o disposto no artigo anterior e ainda:

I, manter em ordem e em dia a escrituração relativa ao material ~~xxxxxxx~~ entrada e saída diariamente;

II, fornecer diariamente ao Secretário e á Contabilidade um mapa circunstanciado, relativo ao material saída;

III, exigir dos chefes de clínica e de laboratório o recebe de material que lhes fôr entregue, para o consumo ou utilização no respectivo serviço;

IV, atender os pedidos formulados pelos professores, depois da necessaria autorização do Diretor;

V, solicitar da Contabilidade a abertura de concorrencia quando o material em deposito atingir o minimo da respectiva nomenclatura;

VI, cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor e do Secretário.

VII, exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimento Interno.

Art. 250. Ao Ajudante de almojarife compete auxiliar o Almojarifado na execução dos serviços da secção e substituí-lo nas suas faltas eventuais.

CAPITULO VII

PORTARIA

Art. 251. A Portaria competirá:

I, providenciar para que o edificio da Faculdade diariamente seja aberto antes de iniciados e fechado depois de findos os trabalhos escolares;

II, manter em ordem e asseio o edificio e suas dependencias;

III, cuidar de tudo quanto pertencer á Faculdade que não estiver, por estipulação expressa deste Regulamento, a cargo do chefe de outra secção administrativa, de gabinete ou laboratório, ou de ~~determinações~~ determinado funcionario;

IV, realizar o inventario inicial de tudo quanto, em virtude da alinea anterior, estiver sob sua guarda ou vigilancia, remetendo-o a Contabilidade para os devidos fins;

V, manter em dia e ordem o protocolo de entrada e saída de officios e

demais papeis;

VI, encaminhar diariamente ao Secretário toda a correspondência da Faculdade e diretamente aos professores o que lhes for endereçado.

Art. 252. Ao Porteiro compete executar as disposições do artigo anterior, devendo ainda:

I, ter a seu cargo as chaves do edificio ;

II, manter sob sua guarda os livros de ponto do pessoal da Faculdade, enquanto não se instalar, para esse fim, o registrador apropriado;

III, verificar que não seja expedido pela Portaria, sem o visto do Diretor ou do Secretário, nenhum papel;

IV, cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor ou do Secretário;

V, exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimento Interno.

Art. 253. Ao Contínuo que for destacado para servir na Portaria compete ainda auxiliar o Porteiro no desempenho de suas funções e substituí-lo nas suas faltas eventuais.

CAPITULO VIII

BIBLIOTECA

Art. 254. A Biblioteca da Faculdade de Medicina tem por fim facilitar a instrução científica dos estudante e medicos.

§ 1º A administração da Faculdade procurará sempre enriquecer a Biblioteca e adapta-la aos melhores moldes de organização;

§ 2º A Biblioteca poderá receber quaisquer donativos espontaneos, ou angrariados pela Faculdade, destinados a sua ampliação.

Art. 255. Haverá na Biblioteca dois catalogos sempre em dia, destinando-se um deles á discriminação das obras pelos assuntos, e organizado o outro de acôrdo com a ordem alfabetica dos nomes de seus autores.

Paragrafo unico. Além dos catalogos, haverá ainda um livro de registo das obras adquiridas, com indicações da data de entrada, do preço de aquisição, ~~com indicações da data de entrada~~ e do numero de volumes de cada uma delas.

Art. 256. Sempre que concluir os catalogos, o Bibliotecario mandará imprimirlos com previa autorização do Diretor, para serem enviados ao Governo, a Reitoria da Universidade e as bibliotecas dos estabelecimentos oficiais e equiparados de ensino superior e secundario, que desejarem permutalos

Paragrafo unico. Esses catalogos poderão ser vendidos pelo preço determinado pelo Conselho tecnico-administrativo, destinando-se a renda eventual a aquisição de livros.

Art. 257. Os serviços da Biblioteca serão desempenhados pelos seguintes funcionarios: bibliotecario, ajudante de bibliotecario, conservador, inspetor, auxiliares da biblioteca e os serventes que o Diretor julgar necesarios.

Paragrafo unico. A nomeação do bibliotecario dependerá de livre escolha da Directoria, ouvido o Conselho tecnico-administrativo, e só podera recair em pessoa habilitada para o exercicio do cargo, de preferencia, que apresentar certificado do Curso de Biblioteconomia, realizado na Biblioteca Nacional.

Art. 258. Ao Bibliotecario compete:

- I, conservar-se na Biblioteca durante as horas de expediente, não podendo dela afastar-se sem motivo justificado e sem passar ao seu substituto eventual a superintendencia do serviço durante a sua ausencia;
- II, velar pela conservação dos livros e de tudo o que pertencer á Biblioteca;
- III, organizar os catalogos, especificados neste Regulamento, segundo o sistema que estiver em uso nas bibliotecas mais adiantadas e de acordo com as instruções que o Conselho tecnico-administrativo redigir e lhe transmitir o Diretor;
- IV, propôr ao Diretor a compra de obras e a assinatura de jornais científicos, dando preferencia as publicações periódicas sobre materias ensinadas na Faculdade, e procurando sempre competir as obras e coleções existentes;
- V, empregar o maximo cuidado em que não haja duplicatas desnecessarias e se conserve a conveniente harmonia na encadernação dos tomos da mesma obra, podendo permutar as duplicatas dispensaveis e as publicações da Faculdade, com previa autorização do Diretor;
- VI, prestar informações ao Diretor e aos professores das novas publicações feitas no País e no estrangeiro, acompanhando para esse fim os catalogos das principais livrarias;
- VII, expedir, em dezembro, uma fórmula impressa para que nela indiquem os professores as obras e revistas necessarias ás respectivas cadeiras, que a Biblioteca ainda não possui, juntando a essa formula a bibliografia das principais obras publicadas durante o ano;
- VIII, organizar e remeter ao Diretor, anualmente, um relatório dos trabalhos da Biblioteca e do estado das obras e dos moveis, indicando as modificações que a pratica lhe tiver sugerido e julgar conveniente;
- IX, apresentar ao Diretor o orçamento bi-mensal das despesas da Biblioteca;
- X, providenciar para que as obras sejam entregues com presteza ás pessoas que as pedirem;
- XI, fazer observar o maior silencio na sala de leitura, providenciando para que se retirem as pessoas que perturbarem a ordem, recorrendo ao Diretor quando não for atendido;
- XII, comunicar diariamente ao Diretor as ocorrencias anormais que se derem na Biblioteca;
- XIII, apresentar ao Diretor, mensalmente, um mapa de que constem o número dos leitores, as obras consultadas, as que deixarem de ser fornecidas por não existirem e a relação das obras novas que entrarem para a Biblioteca;
- XIV, encerrar diariamente o ponto dos funcionarios a serviço da Biblioteca, notando no respectivo livro a hora de comparecimento e de retirada dos mesmos;
- XV, observar e fazer observar este Regulamento em tudo o que disser respeito a Biblioteca;
- XVI, cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor;
- XVII, exercer as demais atribuições que lhe forem determinadas pelo Regimento Interno.

Art. 259. Ao Ajudante de bibliotecario compete auxiliar o Bibliotecario no desempenho de suas atribuições, de acordo com as determinações que

dele receber.

Paragrafo unico. Em suas faltas ou impedimentos o Bibliotecario será substituido pelo Ajudante de bibliotecario e este pelo funcionario mais graduado presente.

Art. 260. Ao Conservador compete zelar pela conservação dos livros e demais materiais, providenciando junto ao Bibliotecario para a execução de todas as medidas que se tornarem necessarias para esse fim.

Paragrafo unico. Deverá, além disso, comunicar imediatamente aos seus superiores qualquer falta que ocorrer, em consequencia de extravio ou deterioração, sob pena de ser por ela responsabilizado.

Art. 261. A cada um dos Auxiliares da biblioteca incumbe:

I, atender os leitores, anotando em livro especial os seus nomes e os pedidos que fizerem;

II, auxiliar os trabalhos de expediente da Biblioteca;

III, fiscalizar a sala de leitura, no que será coadjuvado pelo servente, impedindo o extravio ou estrago dos livros;

IV, expedir, por intermedio da Secretaria, a correspondencia da Biblioteca;

V, cumprir e fazer cumprir as ordens do Diretor ou do Bibliotecario.

TITULO XI

DAS LICENÇAS, SUBSTITUIÇÕES E FALTAS

Art. 262. A inspeção de saúde e a licença aos professores catedraticos e aos auxiliares de ensino, que gozem das regalias de funcionarios publicos serão processadas e concedidas na forma da legislação em vigor.

Paragrafo unico. A licença aos professores e demais serventuarios, que não estejam nas condições deste artigo, serão concedidas pelo Conselho tecnico-administrativo, de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 263. Nos impedimentos prolongados, de um período letivo ou mais, o professor catedratico sera substituido nos termos do art. 42 e seus paragrafos, e, nos impedimentos que não excedam o período letivo ou nas suas faltas eventuais, a substituição, se fara de acordo com o disposto no art. 159 deste Regulamento.

Art. 264. A substituição do docente livre na regencia do curso equiparado sera feita por docente livre, que aquele indicar, mediante aprovação do Conselho tecnico-administrativo.

Art. 265. As substituições dos funcionarios administrativos, que não estejam previstas neste Regulamento, serão feitas pela forma estabelecida no Regimento Interno.

Art. 266. Os professores catedraticos, auxiliares de ensino e funcionarios administrativos ficarão sujeitos ao desconto, nos respectivos vencimentos, correspondente aos dias em que faltarem.

§ 1º O Diretor, mediante justificacão do interessado, poderá abonar ate tres faltas por mes, desde que não sejam distematicas.

§ 2º Quando excederem de tres as faltas durante o mês, serão observadas as disposições do capítulo IX do Regulamento da Secretaria de Estado do Ministério da Educação e Saúde Pública.

TITULO XII

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 267. Caberá a todos os membros dos corpos docente e discente, e também aos funcionarios administrativos, concorrerem para a disciplina e a cordialidade na sede da Faculdade e em todas as suas dependencias.

Art. 268. Os atos que se desviarem das normas regulamentares ou das boas regras da moral serão passíveis de penalidades, que serão aplicadas pelo Diretor ou pelo Conselho tecnico-administrativo, aos quais, competira velar pela fiel execução do regime instituido neste Regulamento.

Art. 269. Os professores, docentes livres e demais auxiliares ficarão sujeitos as penas disciplinares de advertencia, suspensão, exclusão e demissão.

§ 1º Incorrerão nas penas instituidas neste artigo os membros do magisterio:

I, que não apresentarem, em tempo oportuno, os programas, a lista de pontos de prova oral e o relatorio de ensino a seu cargo;

II, que faltarem aos exames, ás sessões do Conselho tecnico-administrativo ou da Congregação sem motivo justificado;

III, que deixarem de comparecer á Faculdade, para o desempenho de seus deveres, por mais de oito dias consecutivos sem causa participada e justificada;

IV, que abandonarem as suas funções por mais de seis meses, sem licença, ou delas se afastarem por quatro anos consecutivos no exercicio de atividades extranha ao magisterio, salvo nos casos de mandatos publicos decorrentes de eleição;

V, que faltarem ao respeito devido ao Diretor, a quaisquer autoridades do ensino, aos seus colegas e a propria dignidade do magisterio;

~~VI, que faltarem ao respeito devido ao Diretor, a quaisquer autoridades do ensino, aos seus colegas e a propria dignidade do magisterio;~~

VI, que servirem de seu cargo para pregar doutrinas subversivas da ordem legal do País;

VII, que praticarem delitos sujeitos á sanção penal;

VIII, ou que, de um modo geral, infringirem qualquer disposição explicita deste Regulamento ou do Regimento Interno.

§ 2º Os docentes que incorrerem nas culpas definidas na alinea I, II ou III ficarão sujeitos, alem do desconto em folha de pagamento, a advertencia de Diretor e, na reincidencia do Conselho tecnico-administrativo; os que incorrerem nas culpas previstas na alinea IV serão passíveis da pena de demissão, por ato do Governo; aos que incorrerem nas culpas discriminadas na alinea V, VII ou VIII sera imposta pelo Conselho tecnico-administrativo, mediante inquerito, a pena de suspensão por oito a trinta dias; e serão suspensos pelo Governo, pelo tempo que julgar conveniente, os que incorrerem na culpa referida na alinea VI.

§ 3º A pena de exclusão será aplicada aos docentes livres que reincidirem nas faltas definidas na alínea V.

§ 4º Da pena de suspensão caberá recurso para o Conselho para o Conselho Universitário, dentro de oito dias, a contar da notificação.

§ 5º A aplicação das penas disciplinares instituídas neste artigo não isenta o infrator da responsabilidade penal acaso existente.

Art. 270. O docente que, na regência de curso normal ou equiparado, não concluir a execução do programa nos termos do § 9º do art. 67, perderá a remuneração, que lhe competir, pelo desempenho das respectivas funções até o máximo de um mês de exercício, cabendo ao Conselho técnico-administrativo resolver sobre a execução do disposto neste artigo.

Art. 271. Os membros do corpo docente ficarão sujeitos as seguintes penas disciplinares:

- a) advertência em particular;
- b) advertência perante o Conselho técnico-administrativo;
- c) suspensão até dois meses;
- d) expulsão da Escola.

§ 1º As penas disciplinares estabelecidas nas alíneas a e b serão aplicadas pelo Diretor e as demais pelo Conselho técnico-administrativo.

§ 2º Da aplicação das penas instituídas nas alíneas d e e caberá recurso para o Conselho Universitário, interposto no prazo de oito dias, a contar da data da notificação.

§ 3º Não serão concedidas transferências, durante o prazo de suspensão, aos alunos a que hajam sido impostas as penas as definidas nas alíneas c e d, nem, em qualquer tempo, aos que tenham sofrido a pena de expulsão.

§ 4º A aplicação das penas disciplinares, discriminadas neste artigo, não isenta o culpado da responsabilidade penal acaso existente.

Art. 272. Serão punidos com as penas a que se referem as alíneas a e b do artigo anterior os alunos que cometerem as seguintes faltas:

- I, desrespeito ao Diretor ou a qualquer membro do corpo docente;
- II, desobediência a prescrições feitas pelo Diretor ou por qualquer membro do corpo docente no exercício de suas funções;
- III, ofensa ou agressão a outro aluno da Faculdade;
- IV, perturbação da ordem no recinto da Faculdade;
- V, danificação de material do patrimônio da Faculdade, caso em que, além da pena disciplinar, ficara obrigado a indenização do dano ou substituição da coisa danificada;
- VI, injúria a funcionário administrativo;
- VII, improbidade na execução de atos ou trabalhos escolares.

Art. 273. Serão aplicadas as penas definidas nas alíneas c e e, conforme a gravidade da falta, nos casos de:

- I, reincidência nos atos enumerados no artigo anterior;
- II, prática de atos deshonestos, incompatíveis com a dignidade da corporação;
- III, injúria ou agressão ao Diretor, a qualquer membro do corpo docen-

te ou a autoridade constituída;

IV, agressão a funcionario administrativo;

V, prática de delitos sujeitos á sanção penal.

§ 1º No caso da aplicação das penalidades a que se refere este artigo, o Diretor comunicara o fato ao Conselho tecnico-administrativo, que abrirá inquerito, podendo ouvir testêmúhas e o acusado.

§ 2º A convocação para qualquer ato de inquerito disciplinar será feita per escrito.

§ 3º Durante o inquerito o acusado não poderá ausentar-se, nem obter transferencia para outro instituto de ensino superior.

§ 4º Concluido o inquerito, a aplicação da pena disciplinar será comunicada ao aluno culpado, per escrito e com indicação dos motivos que a determinanam.

Art. 274. Todos os funcionarios administrativos, inclusive os que estiverem ao serviço dos laboratorios, gabinetes ou clinicas, ficarão sujeitos as seguintes penas disciplinares:

- a) advertencia em particular;
- b) advertencia perante o Conselho tecnico-administrativo;
- b) suspensão per 15 dias;
- d) suspensão até tres meses;
- e) suspensão per mais de tres meses;
- f) demissão.

§ 1º As penas disciplinares correspondentes ás alíneas a, b e c serão aplicadas pelo Diretor, cabendo a aplicação das demias ao Conselho tecnico-administrativo.

§ 2º Da aplicação da pena prevista na alínea d aos funcionarios não demissiveis ad nutum cabera recurso para o Conselho Universitario, dentro de oito dias, a contar da notificação.

§ 3º As penas disciplinares não isentam o funcionario da responsabilidade penal em que haja incorrido.

TITULO XIII

DO PATRIMONIO E DAS RENDAS DA FACULDADE

CAPITULO I

PATRIMONIO

Art. 275. Constituem o patrimonio da Faculdade:

- a) os edificios e terrenos que já lhe pertencem;
- b) os terrenos e edificios que a Faculdade adquirir ou que lhe forem cedidos pelo Governo;
- c) os donativos e legados que lhe forem destinados;
- d) o material de ensino existente nos laboratorios, clinicas, museus e biblioteca e o que para eles for adquirido;
- e) as sobras de dotações orçamentarias e das suas rendas anuais, as quais serao recolhidas ao Banco de Brasil, quando não forem reservadas, mediante autorização do Ministro, a reforma e aquisição de material no exercicio seguinte;
- f) a Maternidade da Faculdade.

Art. 276. Os bens que entram na constituição do patrimônio não poderão ser alienados sem o consentimento do Conselho Universitario e aprovação do Governo.

CAPITULO II

RENDAS DA FACULDADE

Art. 277. As rendas da Faculdade serão provenientes:

- a) da dotação orçamentaria;
- b) das taxas de matrícula, de frequência dos cursos oficiais, de certidões, transferencias e certificados;
- c) das percentagens deduzidas das taxas de frequência de cursos equiparados, de aperfeiçoamento, especialização e livres;
- d) das taxas de exame dos alunos inscritos e que houverem perdido direito ao exame;
- e) das taxas de promoção e de exame, de fim de ano, dos alunos dos cursos seriados;
- f) das percentagens das taxas de outros exames;
- g) dos juros e outros interesses relativos aos bens patrimoniais;
- h) do produto da venda de exemplares de regimento interno, dos programas, de segundas vias de cadernetas e cartões de matrícula e de outras vendas eventuais.

Art. 278. As rendas da Faculdade são destinadas ao custeio do ensino (pessoal docente e administrativo), ao melhoramento dos edifícios, a reforma do material escolar, a distribuição de premios e aquisição de livros e revistas científicas.

Paragrafo unico. As rendas da Faculdade serão aplicadas de acôrdo com as disposições legais em vigor, devendo o respectivo orçamento, depois de aceite pelo Conselho Universitario, ser submetido a aprovação do Ministro da Educação e Saúde Publica.

Art. 279. A administração financeira da Faculdade é da competencia do Diretor, assistido pelo Conselho tecnico-administrativo.

CAPITULO III

TAXAS E EMOLUMENTOS

Art. 280. As taxas e emolumentos a serem cobrados pela Faculdade obedecerão a tabela anexa.

§ 1º As taxas de exames, excluidos os dos cursos seriados no fim de ano letivo, deduzidos 20% para os cofres da Faculdade, serão distribuidas pelos membros das respectivas comissões examinadoras.

§ 2º As taxas dos cursos livres, de especialização ou aperfeiçoamento, deduzidos 20% para os cofres da Faculdade, caberão aos respectivos executores.

§ 3º As taxas dos cursos dados integralmente em beneficio das caixas das clínicas, deduzidos 5% para os cofres da Faculdade, serão destinadas ao custeio dos respectivos serviços.

§ 4º O movimento financeiro das caixas das clínicas deverá ser devidamente escriturado na Faculdade.

§ 5º Para o pagamento da gratificação de função aos professores ou docentes livres incumbidos da regencia de turmas desdobradas, ou de cursos equiparados, sera utilizada parte das taxas de frequencia.

TITULO XIV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

Art. 281. Aos alunos que terminarem o curso na Faculdade será expedido, apos a colação de grau, o diploma de medico e aqueles que houverem defendido tese e obtido aprovação, o de doutor em medicina.

§ 1º O grau será conferido coletivamente aos doutorandos, em dezembro de cada ano, depois de findos os trabalhos escolares.

§ 2º Mediante requerimento, em dia e hora, indicados pelo Diretor e na presença de tres professores, no minimo, podera ser conferido grau aos que o não tiverem colado na epoca oportuna.

§ 3º O graduamento ou o doutorando, ao colar o grau, prestará o juramento de fidelidade aos deveres da honra, de ciencia e da caridade, de acordo com a formula tradicional da Faculdade.

Art. 282. As insignias de professor catedratico e de docente livre, bem como os distintivos de grau, em uso na Faculdade, serão mantidos e discriminados no Regimento Interno.

Art. 283. Serão conservados os dois selos em uso na Faculdade, ficando o maior reservado aos diplomas.

Art. 284. O Governo instituirá, quando julgar oportuno e o permitirem os recursos financeiros do País, o regime de tempo integral.

§ 1º O regime de que trata este artigo será instituido, dentro do mais curto prazo, para algumas das disciplinas nas quais é fundamental a instrução individual do aluno por meio de trabalhos e exercicios praticos, ou cujos professores ofereçam garantias de produtividade científica e devotamento ao ensino.

§ 2º O regime de tempo integral, nos termos do paragrafo anterior, será adotado mediante proposta da Congregação ao Conselho Universitario e decisão de Ministro da Educação e Saúde Publica.

§ 3º Para a efetivação da providência constante do artigo e paragrafos anteriores, o Governo fixara vencimentos compatíveis com a maior atividade de professor catedratico na pratica de tempo integral.

Art. 285. Um dos professores que, de acordo com os artigos 62, 63 e 286 do decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, deverao incumbir-se da regencia de cursos paralelos, podera ser dispensado dessa obrigação pelo Conselho tecnico-administrativo, quando realizar curso de aperfeiçoamento de disciplina afim para estudantes do mesmo ano ou de outro.

Art. 286. Os atuais professores catedraticos da Faculdade, que gosam dos direitos de vitaliciedade no cargo, ficam isentos do disposto no paragrafo unico do art. 135 deste Regulamento.

Art. 287. Os atuais auxiliares de ensino da Faculdade que, nos termos deste Regulamento, não estejam dispensados da habilitação a docencia livre, deverao satisfazer o disposto no art. 161, dentro do prazo indicado no art. 28º do decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931.

Art. 288. É vedada a nomeação de alunos da Faculdade para cargos administrativos.

Art. 289. Os funcionários do quadro atual que excedam, na categoria, o número estabelecido neste Regulamento, serão conservados até ocorrência de vaga, ocasião em que se fará a supressão automática do cargo.

§ 1º Os serventuários, que forem providos nos cargos discriminados no art. 286, contarão, sem interrupção de exercício, o tempo de serviço que já tiverem prestado à Faculdade como funcionários públicos.

§ 2º O atual cargo de sub-bibliotecário ficará mantido até ocorrência de vaga, ressalvados os direitos e as prerrogativas do funcionário nele previsto, ao qual compete exercer as atribuições constantes do art. 259 deste Regulamento.

Art. 290. Além dos funcionários que constam da tabela anexa, continuarão a receber vencimentos no Tesouro Nacional, de acordo com a tabela orçamentária da Universidade do Rio de Janeiro, mais os seguintes:

- 28 professores catedráticos;
- 4 professores catedráticos em disponibilidade;
- 3 professores substitutos;
- 25 assistentes;
- 1 parteira da Maternidade.

Parágrafo único. Os demais funcionários serão pagos na Tesouraria da Faculdade por conta dos recursos que lhe forem concedidos.

Art. 291. A primeira renovação do atual Conselho técnico-administrativo da Faculdade será feita pela substituição dos dois membros que tiverem tido menor votação, obedecendo-se ainda o mesmo critério na renovação seguinte de dois outros membros da constituição inicial do Conselho.

Parágrafo único. Nas renovações de que trata este artigo será observado o disposto no § 4º do art. 103 deste Regulamento e, havendo membros eleitos com igual número de votos, a antiguidade no magisterio terá o efeito de maior votação.

Art. 292. Nos termos do § 1º do art. 12 e do art. 13, e seus parágrafos, do decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, poderá ser organizado oportunamente, em curso anexo à Faculdade, mediante resolução do Conselho técnico-administrativo, o ensino das disciplinas do Curso secundário complementar, com adaptação didática aos cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia.

Art. 293. Na época do exame vestibular no próximo ano letivo, poderão ser prestados na Faculdade, pagas as devidas taxas e de acordo com o art. 80, e seus parágrafos do decreto citado no artigo precedente, os exames de preparatórios que faltarem, nos termos da legislação anterior, aos candidatos a matrícula nos cursos da Faculdade.

(1) Vide: Decreto n. 22.228, de 16-12-932 (Divisão VI-11)
e Lei n. 586, de 9-11-937 (Divisão VI-11)

DECRETO N. 22.228 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 1932

Dispõe sobre a transformação da cadeira de Patologia cirurgica em Clínica propedeutica cirurgica e dá outras providencias

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, resolve:

Art. 1º. Nos institutos federais de ensino da medicina, congregados ou não em universidade, a cadeira facultativa de Patologia cirurgica fica transformada em Clínica propedeutica cirurgica.

§ 1º O ensino da cadeira anteriormente referida será feito no 4º ano do curso médico, de acôrdo com as exigencias do regime didático e escolar das cadeiras lecionadas em dois periodos letivos.

§ 2º Nas faculdades de ensino da medicina, que possuam duas cadeiras de Clínica Cirurgica, passarão ambas a ser lecionadas, em cursos paralelos, no 5º ano médico.

§ 3º Serão aproveitados, no provimento da cadeira a que se refere este artigo, os atuais professores de Patologia cirurgica, ressaltados, porém, os direitos garantidos no art. 284, do decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931.

Art. 2º Nos institutos de ensino da medicina, equiparados e sob inspeção, poderá ser dispensada a transformação de que trata o artigo anterior desde que o ensino propedeutico cirurgico seja realizado, no 4º ano do curso médico, na cadeira ou numa das cadeiras de clinica cirurgica.

Art. 3º Na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, a antiga segunda cadeira de Anatomia Humana fica transformada em Clínica neurocirurgica, cujo ensino constituirá curso facultativo de especialização.

§ 1º A transformação de que trata este artigo será feita sem aumento de despesas, aproveitando-se o pessoal docente da cadeira transformada.

§ 2º No curso de especialização da cadeira de Clínica neurocirurgica, somente serão admitidos os alunos do 6º ano, os quais só terão direito ao respectivo certificado si satisfizerem as exigencias do regime escolar instituido para tais cursos.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1932, 111º da Independencia e 44º da República.

GETULIO VARGAS

Washington F. Pires.

DECRETO N. 24.610 - DE 6 DE JULHO DE 1934

Cria, sem aumento de despesa, na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, a 5ª cadeira de clínica médica e dá outras providências.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e

Considerando o desenvolvimento que, sob o ponto de vista clínico, têm tido os problemas relativos às doenças do aparelho digestivo e da nutrição;

Considerando a conveniência de se incluir na seriação do curso médico o ensino dessa parte da patologia, que atualmente constitui o curso de especialização previsto no art. 68 do decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931;

Considerando, finalmente, que a criação de cadeira destinada a tal ensino, na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, não acarretará aumento de despesa, visto existir no orçamento da mesma Faculdade a dotação necessária á manutenção do ensino de patologia médica, ora extinto pelo provimento do respectivo professor em outra cadeira, decreta :

Art. 1º. Fica criada, na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, a 5ª cadeira de clínica médica, principalmente destinada ao ensino das doenças do aparelho digestivo e da nutrição.

Art. 2º. O custêio, no corrente ano, da cadeira de que trata o art. 1º correrá por conta da dotação destinada á cadeira extinta e ora vaga de patologia médica.

Art. 3º. O provimento inicial no cargo de professor catedrático da cadeira criada pelo presente decreto será feito por livre escolha do Governo.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1934, 113º da Independência e 46º da República.

GETULIO VARGAS

Washington F. Pires.

LEI N. 586 - DE 9 DE NOVEMBRO DE 1937

Crêa na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil a cadeira de Puericultura e Clínica da Primeira Infância

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil a cadeira de Puericultura e Clínica da Primeira Infância, passando a atual de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, da mesma Faculdade, a denominar-se de Clínica Pediátrica Médica.

Art. 2º Para o provimento da cadeira de Puericultura e Clínica da Primeira Infância, de que trata esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir um dos professores catedráticos, que tenham curso de cadeira afim, pertencente ao corpo docente de qualquer das Faculdades de Medicina Federais.

Art. 3º Vetado.

Art. 4º Os atuais livres-docentes da cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil terão assegurados os seus direitos em qualquer das cadeiras de que trata a presente lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a despender, no atual exercício, para atender às despesas de remuneração do pessoal da cadeira de Puericultura e Clínica da Primeira Infância criada nesta lei, até a quantia de quarenta e nove contos e oitocentos mil reis (49:800\$00), que correrá por conta da dotação de oitenta e seis mil oitocentos e treze contos cento e noventa e três mil e quatrocentos réis, (86.813:193\$400), constante da parte III (Serviços e Encargos Diversos), verba 23ª, sub-consignação n. 2, do orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1937, 116ª da Independência e 49ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.
Arthur de Souza Costa.

Lei nº 426, de 7 de outubro de 1948

Cria nas Faculdades Federais de Medicina a Cadeira de Fisiologia e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º É criada nas Faculdades Federais de Medicina a cadeira de Fisiologia.

Art. 2º Será a seguinte lotação de cada uma das cadeiras instaladas no ano de 1947:

Pessoal	Cr\$	Cr\$
Professor, padrão M	54.000,00	
3 Assistentes, padrão H	70.200,00	
1 Radiologista, padrão H	23.400,00	
1 Fisiocirurgião, padrão H	23.400,00	
1 Laboratorista, padrão H	23.400,00	
4 Enfermeiros, padrão G , ,	79.200,00	
2 Escriurários, padrão G	39.600,00	
1 Arquivista, padrão G	19.800,00	
1 Técnico de Raios X, padrão F	16.800,00	
1 Técnico de Laboratório, padrão F	16.800,00	
4 Atendentes, padrão E	60.000,00	
	<u>426.600,00</u>	426.600,00

Art. 3º A dotação para material de instalação será assim discriminada:

Material	Cr\$	Cr\$
a) Serviço de radiologia	25.000,00	
b) Serviço de cirurgia de Tuberculose	10.000,00	
c) Medicamentos	20.000,00	
d) Serviço de Secretaria	5.000,00	
	<u>60.000,00</u>	<u>60.000,00</u>
soma	60.000,00	<u>60.000,00</u>
Total		<u>486.600,00</u>

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1948; 127ª da Independência e 60ª da República.

EURICO G . DUTRA

Clemente Mariani

Processo nº 58,423-47 - Reitoria da Universidade de Pôrto Alegre - Parecer nº 212-47 do Conselho Nacional de Educação, cuja conclusão é a seguinte :

" É inteiramente favorável à resolução do Conselho Universitário de Pôrto Alegre, deslocando a cadeira de Fisiologia para o 2º ano e a cadeira de Zoologia Médica e Parasitologia para o 1º ano."

Homologo - 20 de setembro de 1947. - Clemente Mariani.

Lei nº 1.296, de 27 de dezembro de 1950

Dispõe sobre funcionamento das cadeiras de fisiologia das faculdades de medicina federais .

O Presidente da República:

11 Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para cada uma das faculdades federais de Medicina, a fim de assegurar o funcionamento das respectivas cadeiras de Fisiologia, instituída pela Lei nº 426, de 7 de outubro de 1948:

a) um cargo isolado, de provimento efetivo, de Professor Catedrático, padrão "0";

b) seis cargos da carreira de Enfermeiro, classe "G";

c) dois cargos da carreira de Dactilógrafo, classe "D".

Art. 2º O Poder Executivo criará, para o mesmo fim, as seguintes funções de extranumerário-mensalista, em cada uma das faculdades federais de Medicina:

a) quatro assistentes de ensino, referência 27;

b) quatro instrutores, referência 23;

c) um operador de Raios X, referência 23;

d) cinco auxiliares de enfermagem, referência 24;

e) um laboratorista, referência 19;

f) três serventes, referência 18;

g) dois auxiliares de serviços médicos, referência 19.

Parágrafo único. O primeiro provimento das funções de assistente de ensino, previstas neste artigo, poderá fazer-se por admissão direta, dispensada a qualidade de instrutor.

Art. 3º Enquanto as faculdades federais de Medicina não contarem com as instalações indispensáveis ao perfeito funcionamento da cadeira de Fisiologia, o Ministério da Educação e Saúde dará providências a fim de que possa o ensino ser ministrado nos centros, dispensários e hospitais da Campanha Nacional de Tuberculose, que se prestem a esse objetivo.

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Saúde poderá também, por meio da Campanha Nacional de Tuberculose, assinar convênios com as faculdades federais de Medicina, ou com as universidades em que estiverem integradas, para a construção de pavilhões hospitalares e dispensários, apropriados ao ensino da cadeira de Fisiologia.

Art. 4º Cada uma das faculdades federais de Medicina disporá,

para o funcionamento da cadeira de Fisiologia, no ano de 1951, das seguintes verbas de material:

	Cr\$
Radiologia	50.000,00
Medicamentos	50.000,00
Serviços de Secretaria	20.000,00
Material de dispensário	50.000,00
Custeio de leitos hospitalares	300.000,00
Total	470.000,00

Parágrafo único. O orçamento geral da República consignará, nos anos subsequentes, as verbas de material para o funcionamento dessa cadeira.

Artigo 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até o limite de Cr\$ 2.657.520,00 (dois milhões e seiscentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e vinte cruzeiros) para atender, no ano de 1951, às despesas com a execução da presente Lei.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1950; 129ª da Independência e 62ª da República

EURICO G. DUTRA

Pedro Calmon

Guilherme da Silveira